



MENSAGEM À CÂMARA MUNICIPAL

ABERTURA DA SESSÃO
LEGISLATIVA 2013



Prefeitura de
Fortaleza

MENSAGEM À CÂMARA MUNICIPAL

ABERTURA DA SESSÃO
LEGISLATIVA 2013



Prefeitura de
Fortaleza

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

PREFEITO DE FORTALEZA:
ROBERTO CLÁUDIO RODRIGUES BEZERRA

VICE-PREFEITO DE FORTALEZA:
GAUDÊNCIO GONÇALVES DE LUCENA

SECRETÁRIO CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO	FRANCISCO JOSÉ QUEIROZ MAIA FILHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	PRISCO RODRIGUES BEZERRA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	JOSÉ LEITE JUCÁ FILHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA CIDADÃ	FRANCISCO JOSÉ VERAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA CONTROLADORIA E TRANSPARÊNCIA	MARLON CARVALHO CAMBRAIA
SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO	JURANDIR GURGEL GONDIM FILHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	PHILIPPE THEOPHILO NOTTINGHAM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	IVO FERREIRA GOMES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	MARIA DO PERPETUO SOCORRO MARTINS BRECKENFELD
SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DA COPA	DOMINGOS GOMES DE AGUIAR NETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	SAMUEL ANTÔNIO SILVA DIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	JOÃO DE AGUIAR PUPO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	MÁRCIO EDUARDO E LIMA LOPES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	ROBINSON PASSOS DE CASTRO E SILVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE	MARIA ÁGUEDA PONTES CAMINHA MUNIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE FORTALEZA	JOÃO SALMITO FILHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	CLÁUDIO RICARDO GOMES DE LIMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	KARLO MEIRELES KARDOZO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA	FRANCISCO GERALDO DE MAGELA LIMA FILHO
SECRETARIA REGIONAL I	GUILHERME TELES GOUVEIA NETO
SECRETARIA REGIONAL II	CLÁUDIO NELSON ARAÚJO BRANDÃO
SECRETARIA REGIONAL III	MARIA DE FÁTIMA VASCONCELOS CANUTO
SECRETARIA REGIONAL IV	FRANCISCO AIRTON MORAIS MOURÃO
SECRETARIA REGIONAL V	JÚLIO RAMON SOARES OLIVEIRA
SECRETARIA REGIONAL VI	RENATO CÉSAR PEREIRA LIMA
SECRETARIA REGIONAL DO CENTRO	FRANCISCO RÉGIS CAVALCANTE DIAS

Vinculados ao Gabinete do Prefeito – Status de Secretaria

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE FORTALEZA – IPLANFOR	EUDORO WALTER DE SANTANA - PRESIDENTE
FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA – HABITAFOR	FRANCISCA ELIANA GOMES DOS SANTOS - PRESIDENTA
COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE	JOSÉ ÉLCIO BATISTA - COORDENADOR
COORDENADORIA DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	JULIANA MARA DE FREITAS SENA MOTA - COORDENADORA
COORDENADORIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	TARCISIO HAROLDO CAVALCANTE PEQUENO - COORDENADOR
COORDENADORIA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR	JADE AFONSO ROMERO - COORDENADORA



Prefeitura de
Fortaleza

Pronunciamento do
Excelentíssimo Senhor
Prefeito Municipal de
Fortaleza,
Roberto Cláudio,
quando da abertura
dos trabalhos
legislativos de 2013.

Senhor Presidente da Câmara
Municipal de Fortaleza,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Demais Autoridades,
Minhas Senhoras e meus Senhores e
Imprensa presente.

No início dessa Sessão Legislativa, queremos reafirmar o nosso compromisso de realizar o mandato à frente da Prefeitura Municipal de Fortaleza em permanente articulação com o Poder Legislativo Municipal, reconhecendo o seu inestimável papel na edificação da Fortaleza Renovada.

Queremos inaugurar uma nova etapa nas relações entre o Executivo, Legislativo e Judiciário. Queremos construir uma postura de diálogo, conciliatória e agregadora com todas as instituições do poder público, tanto que a primeira coisa que fizemos, logo que assumimos, foi articular uma reunião com o Tribunal de Contas do Município, com a presença de toda a nova equipe para que ela pudesse conhecer melhor o papel fiscalizador daquela corte e, ao mesmo tempo, receber ali as orientações sobre a responsabilidade de cada gestor público.

Ganhamos a eleição com a promessa de trabalhar para construir uma Fortaleza menos apartada, mais justa e melhor de se viver. Assumimos, portanto, o compromisso de melhorar a qualidade das políticas voltadas à inclusão social, pois o nosso principal

compromisso é com os mais pobres.

Queremos implementar no nosso governo um grande diálogo com a sociedade em todos os seus seguimentos, conclamando a todos e a todas para contribuir com a limpeza da cidade; o cuidado com o patrimônio público; a diminuição do desperdício, notadamente da água.

Faremos a nossa parte recuperando a nossa infraestrutura, tapando os buracos, limpado as ruas, recolhendo o lixo, melhorando a iluminação pública, recuperando as praças e parques. Mas, é fundamental que a população nos ajude e cuide melhor e com mais carinho de sua cidade.

Queremos implementar um novo modelo de gestão por resultados democrático, responsável, descentralizado, transparente, participativo e justo. Não pretendemos obscurecer o que se colheu de bom ao longo dos últimos anos. Iremos concluir as obras iniciadas na gestão passada, apoiar os bons programas existentes e melhorar os que precisam ser melhorados.

Mas é importante mostrar a esta Casa e ao povo de Fortaleza o cenário da real situação administrativa, fiscal e financeira que recebemos. Nas páginas seguintes apresentamos em números e relatos o que até momento podemos apurar.

Esse novo modelo de gestão, que dará sentido às iniciativas que a seguir apresentamos, repousa num sólido compromisso ético, de aplicar bem e corretamente os recursos do município, combater à corrupção, o desperdício e a injustiça.

Como todos sabem, durante a campanha eleitoral elegemos três (3) prioridades: saúde, educação e mobilidade. No setor de saúde envidaremos todos os esforços no sentido de organizar o Sistema de Saúde de Fortaleza, de forma humanizada e que garanta atenção primária de qualidade. No que tange à educação, vamos trabalhar arduamente para tirar Fortaleza da posição “vergonhosa” em que se encontra no lugar 183º no ranking do nível de proficiência do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica, no Ceará. Sobre mobilidade e trânsito, daremos total prioridade ao transporte público, melhorando a sua qualidade, implantando o bilhete único, requalificando o trânsito e devolvendo as calçadas para a população.

Realizamos, agora, uma pequena Reforma Administrativa para adequar a estrutura do poder público municipal às necessidades do novo modelo de gestão e aos compromissos assumidos.

- Constituímos a Secretaria de Governo que compete promover a articulação política do Prefei-

to com os demais Poderes tendo como base a visão de compartilhamento do Projeto: PARA RENOVAR FORTALEZA.

- Criamos uma Coordenadoria sobre Drogas com o objetivo de articular, em parceria com as esferas federal e estadual, um Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas.

- Instituímos a Secretaria de Segurança Cidadã, buscando contribuir para o combate, permanente, à violência através do fortalecimento da Guarda Municipal e da mediação comunitária de conflitos.

- Vamos dotar Fortaleza de uma Agência de Desenvolvimento que terá duas grandes missões: a de buscar grandes investimentos em indústrias limpas para as áreas mais pobres da cidade e a de capacitar, apoiar técnica e financeiramente o empreendedorismo individual e comunitário.

- Implantamos a Coordenadoria de Participação Popular, com nível de secretaria, para anunciar o nosso desejo de aperfeiçoar os mecanismo de participação da população, não apenas no orçamento, mas no planejamento amplo da cidade.

- Formatamos a Secretaria Especial da Copa, objetivando garantir que as obras de mobilidade para a COPA de 2014 serão concluídas em tempo hábil e, especialmente, o de mobilizar a cidade, estabele-

cendo parcerias entre o setor público e o privado, a fim de prepará-la para este grande evento, com a perspectiva de que a COPA possa deixar um legado altamente positivo para Fortaleza e o seu povo.

- Dotamos a estrutura municipal de uma Coordenadoria de Ciência e Tecnologia para apoiar a economia criativa e inovadora de Fortaleza e ajudar na implantação dos Distritos Criativos.

- Inovamos com a Secretaria Municipal de Controladoria e Transparência para garantir agilidade no controle interno e aprofundar a transparência da Gestão Municipal.

- Fortalecemos a participação da sociedade, dotando a estrutura municipal de uma Coordenadoria de Participação Popular, que para além do Orçamento Participativo – OP, consolidará uma participação mais efetiva da sociedade no planejamento da cidade.

- Finalmente, estamos estruturando o INPLANFOR - Instituto de Planejamento de Fortaleza, com a missão de pensar o planejamento da nossa Capital, começando com uma profunda Reforma Administrativa, seguida da consolidação do Plano de Governo, para os próximos 4 anos, que foi trabalhado por mais de 1500 inteligências durante a campanha

eleitoral, mas fundamentalmente construir, de forma compartilhada, um projeto de longo prazo para a nossa cidade, que possa ser implementado, por esta e pelas futuras administrações, ao longo dos próximos 28 anos.

Queremos, portanto, firmar um pacto com a população da nossa querida cidade que, de forma generosa, nos deu essa grande oportunidade de Renovar Fortaleza. E neste momento solene em que comparecemos à Câmara Municipal, como Prefeito, para cumprir um compromisso constitucional, queremos reafirmar a imensa gratidão ao povo de Fortaleza e a nosso sagrado compromisso de que não decepcionaremos. Para tanto, precisamos não só do apoio desta Casa, mas de todos os fortalezenses, para realizamos esta monumental tarefa de Renovar Fortaleza, o que significa torná-la uma cidade melhor para os que aqui vivem e para os que a buscam para o lazer ou para aqui morar.

Roberto Cláudio

Prefeito Municipal de Fortaleza

A FORTALEZA DE HOJE



A FORTALEZA DE HOJE

O município de Fortaleza reveste-se de importância significativa na tessitura socioeconômica do Estado do Ceará. Além da sua condição estratégica enquanto capital do nosso Estado, a análise dos seus indicadores físicos, sociais, econômicos e demográficos consubstancia a complexidade magnitude dos desafios desta, que é a 5ª capital brasileira mais populosa, cuja população atual atinge a marca de cerca de 2,5 milhões de habitantes, representando dessa forma aproximadamente 30% do total da população do Estado do Ceará, conforme os dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Agrega-se a isso a, igualmente, impressionante posição de 91ª cidade mais populosa do mundo.

Da mesma forma, o Produto Interno Bruto (PIB) da capital cearense, que constitui um indicador estruturante da condição de desenvolvimento, capaz de medir a importância econômica do município, representa, atualmente, quase a metade de toda a riqueza do Estado, alcançando, em 2010, R\$ 37,1 bilhões. A posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada coloca Fortaleza, neste ranking, na 9ª posição, o que é bastante expressivo na economia do País. Na esteira desse processo Fortaleza ainda, galga a condição de maior PIB entre as capitais do Nordeste. Na contra tendência dessa moldura de indicadores favoráveis em sua aparência, quando observamos a lista de capitais do Brasil por renda per capita, verificamos que Fortaleza assume a 18ª posição, ficando, dessa forma, atrás de Recife e Salvador, para citar as duas capitais nordestinas que mais se assemelham ao perfil socioeconômico de Fortaleza.

A análise feita, a partir de indicadores selecionados que expressem as relações sociais existentes, contribui de maneira qualificada para a avaliação de políticas públicas no nível municipal.

A crescente importância que as Unidades da Federação e municípios brasileiros vêm assumindo na formulação de políticas públicas e na alocação de recursos em favor dos segmentos populacionais considerados prioritários, requer, cada vez mais, a disponibilidade de indicadores desagregados que permitam captar a extrema variedade de situações que o país apresenta, contribuindo, assim, para a análise da realidade social e de seus processos de mudança, permitindo o estabelecimento de objetivos e prioridades sociais.

O desenvolvimento de soluções voltadas a gerar alternativas tecnológicas produtivas em cenários de vulnerabilidade social e econômica torna-se exigência premente e que represente efetivas soluções de transformação social. Em 2005, o Brasil passou a adotar o nome de “tecnologias sociais” para definir produtos, técnicas e/ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com o sujeito coletivo envolvido enquanto participe ativo no processo de superação dos problemas citados.

Os objetivos desta abertura, **A Fortaleza de Hoje**, busca fornecer um conjunto de dados que possibilitem delinear o perfil do nosso município a partir dos indicadores físicos, econômicos e sociais, pretendendo contribuir também para avaliação das políticas públicas municipais, dar continuidade à produção e à sistematização de estatísticas e contribuir para a disseminação e uso dessas informações.

Para uma melhor visualização desses dados, foi analisada a Fortaleza de hoje em quatro aspectos: físico, demográfico, social e econômico. Os dados, tabelas, gráficos e mapas que seguem, vão auxiliar na apresentação de informações fundadas em fontes oficiais credenciadas por instituições disponíveis em âmbito estadual e nacional, quais sejam: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como dados da RAIS/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Dados físicos de Fortaleza

Fortaleza, capital do estado do Ceará, está localizado na latitude: 3° 43' 2" e longitude: 38° 32' 35" na região Nordeste do Brasil, em ambiente litorâneo, limitando-se ao norte com Oceano Atlântico, ao sul com os municípios de Pacatuba, Eusébio, Maracanaú e Itaitinga e a oeste com o município de Caucaia, possui uma linha de costa extensa com 33,4km. É a única capital brasileira inserida 100% no clima semiárido, possui clima do tipo tropical chuvoso com temperatura anual média de 26,5°C, sua altitude em relação ao nível do mar é de 16,0m. Possui área total de 336 km² com 117 bairros oficiais administrados por 07 secretarias executivas. (ATLAS DE FORTALEZA, 2010)

Dados sociais e Econômicos

Conforme o censo de 2010 do IBGE o Produto Interno Bruto de Fortaleza é de R\$ 37,1 bilhões e o PIB per capita - 2010: R\$ 15.161. Quanto ao número de empregos formais é de 767.017 (Fonte: RAIS/2011 – MTE). Na **tabela 01** e no **gráfico 01** estão as atividades econômicas exercidas em Fortaleza e as respectivas quantidades.

Dados demográficos de Fortaleza

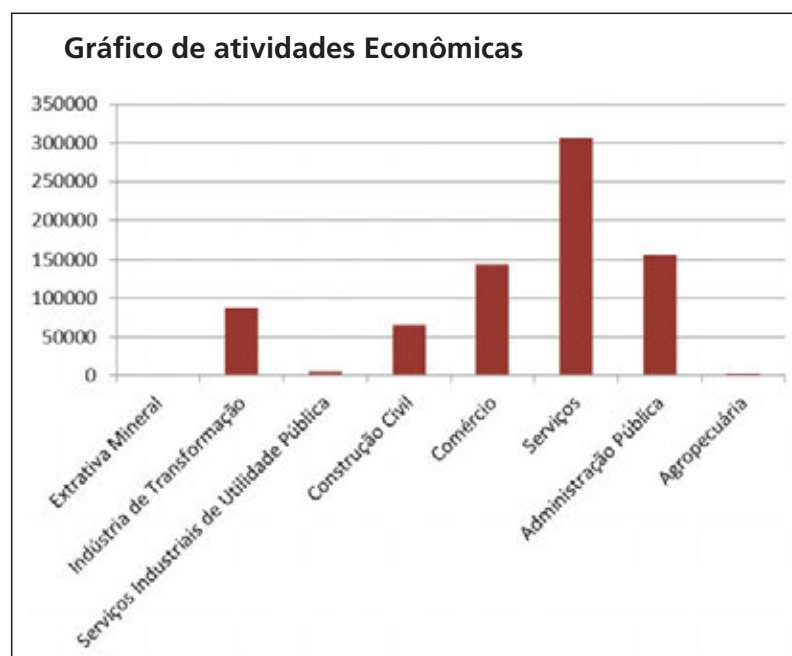
Segundo o censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, Fortaleza tem 2.452.185 habitantes ocupando a 5ª posição de cidade mais populosa do Brasil, sendo que 1.147.918 são do sexo masculino e 1.304.267 do sexo feminino. Conforme **gráfico 02**, pode ser observado alguns dados relevantes sobre taxa de natalidade, faixa etária e mortalidade dos habitantes de Fortale-

TABELA 01

Índices de desenvolvimento	Ano da pesquisa	Valor
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)	2010	73,96
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	2000	0,786
Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O)	2009	0,525
Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R)	2009	0,668

Atividades econômicas	Quantidades
Extrativa Mineral	340
Indústria de Transformação	87.605
Serviços Industriais de Utilidade Pública	4.881
Construção Civil	65.590
Comércio	143.559
Serviços	306.774
Administração Pública	155.990
Agropecuária	2.278

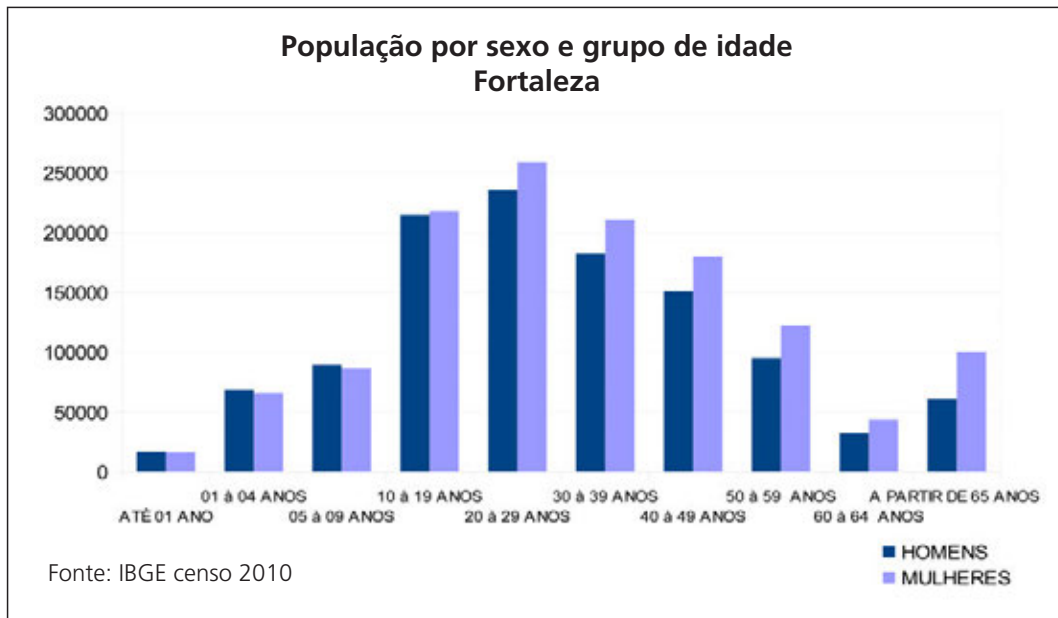
GRÁFICO 01



za: 1º nascem mais homens que mulheres, 2º até a adolescência os habitantes masculinos são maiores que o feminino, 3º depois dos 20 anos é a população feminina que prevalece. Esses dados revelam que a mortalidade atinge mais a população masculina.

Fortaleza e as divisões regionais pode se ver no **mapa 01**. A população por região administrativa em Fortaleza está dividida conforme **gráfico 03**. Na

GRÁFICO 02



MAPA 01

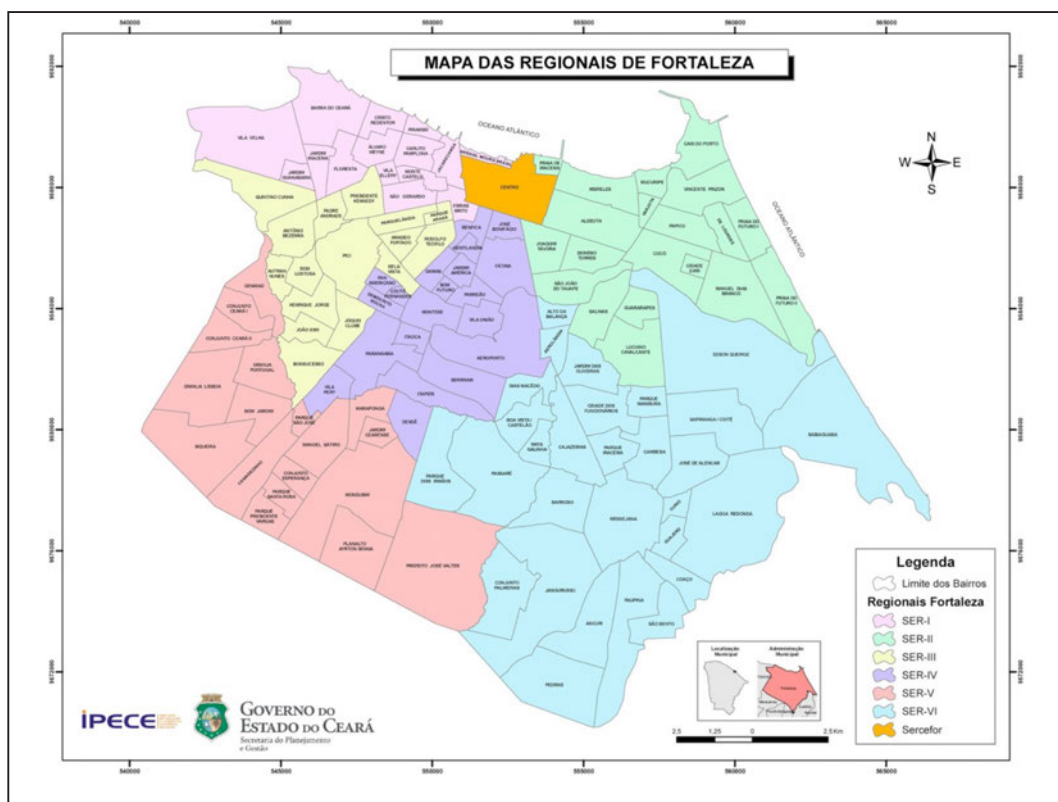


tabela 2, de densidade demográfica, que complementa o gráfico, é possível verificar, também, a quantidade de bairros e a área (km²) de cada região.

Em uma análise mais detalhada é possível verificar que o bairro do Mondubim da SER V é o maior em população com a quantidade de 76.044 habitantes. E o bairro Pedras da SER VI é o menor com 1.342 habitantes, detalhadamente, na **tabela 03**, estão os 117 bairros de Fortaleza e a respectiva população de cada um:

GRÁFICO 03

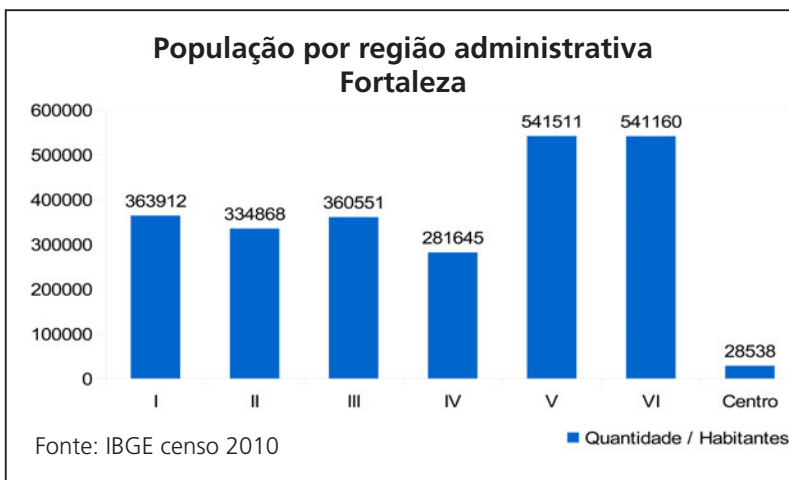


TABELA 02

Área, população, densidade demográfica e domicílios por região administrativa - 2010 Fortaleza				
Região	Quantidade de bairros	Área (Km ²)	População	Densidade demográfica (Hab/Km ²)
I	15	25,38	363.912	14338,53
II	21	49,34	334868	6786,94
III	16	27,78	360.551	12978,79
IV	19	34,22	281.645	8230,42
V	18	63,47	541.511	8531,76
VI	28	134,93	541.160	4010,67
CENTRO	1	5,45	28.538	5236,33
TOTAL	117	335,11	2.452.185	7317,55

Fonte: IBGE censo 2010

TABELA 03

População e densidade demográfica por bairro Fortaleza				
Regionais	Bairros	População		Densidade demográfica (Hab/ha)
		Quantidade	% do total do Município	
SER I	Álvaro Weyne	23690	1	154,13
SER I	Barra do Ceará	72423	2,95	187,81
SER V	Bom Jardim	37758	1,5	149,18
SER V	Conjunto Esperança	16405	0,7	149,13
SER I	Cristo Redentor	26717	1,1	203,63
SER IV	Demócrito Rocha	10994	0,4	128,43
SER I	Farias Brito	12063	0,5	144,12
SER IV	Fátima	23309	1	72,27
SER I	Floresta	28896	1,2	204,64
SER V	Genibaú	40336	1,6	218,74
SER V	Granja Portugal	39651	1,6	109,38
SER IV	Itaóca	12477	0,5	155,96
SER IV	Itaperi	22563	0,9	91,86
SER I	Jacarecanga	14204	0,6	110,88
SER IV	Jardim América	12264	0,5	172
SER I	Jardim Guanabara	14919	0,6	202,42
SER I	Jardim Iracema	23184	0,9	177,51
SER IV	José Bonifácio	8848	0,4	99,63
SER V	José Walter	33427	1,4	25,56
SER V	Maraponga	10155	0,4	60,41
SER V	Mondubim	76044	3,1	47,37
SER I	Monte Castelo	13215	0,5	152,24
SER IV	Montese	25970	1,1	136,25
SER I	Moura Brasil	3765	0,2	81,31
SER IV	Panamericano	8815	0,4	156,57
SER IV	Parangaba	30947	1,3	79,49
SER V	Parque Pres. Vargas	7192	0,3	50,68
SER V	Parque Santa Rosa	12790	0,5	134,63

Regionais	Bairros	População		Densidade demográfica (Hab/ha)
		Quantidade	% do total do Município	
SER V	Parque São José	10486	0,4	194,9
SER IV	Parreão	11072	0,5	120,47
SER I	Pirambu	17775	0,7	256,49
SER V	Planalto Ayrton Senna	39446	1,6	...
SER I	São Gerardo	14505	0,6	101,36
SER IV	Serrinha	28770	1,2	167,95
SER V	Siqueira	33628	1	112,54
SER I	Vila Ellery	7863	0,3	135,33
SER V	Vila Manoel Sátiro	37952	1,5	123,42
SER IV	Vila Pery	20645	0,8	137,08
SER IV	Vila União	15378	0,6	70,7
SER I	Vila Velha	61617	2,5	78,99
SER VI	Aerolândia	11360	0,4	166,81
SER IV	Aeroporto	8618	0,4	11,84
SER II	Aldeota	42631	1,7	108,28
SER VI	Alto da Balança	12814	0,5	150,75
SER III	Amadeu Furtado	11703	0,5	130,9
SER VI	Ancuri	20070	0,8	35,02
SER III	Antonio Bezerra	25846	1,1	110,54
SER III	Autran Nunes	21208	0,9	209,56
SER II	Bairro de Lourdes	3370	0,1	...
SER VI	Barroso	29847	1,2	80,95
SER III	Bela Vista	16754	0,7	176,35
SER IV	Benfica	12954	0,2	90,52
SER VI	Boa Vista	9069	0,3	39,65
SER IV	Bom Futuro	6405	0,3	197,07
SER III	Bonsucesso	41198	1,7	154,41
SER II	Cais do Porto	22382	0,9	90,68
SER VI	Cajazeiras	14478	0,6	43,71
SER VI	Cambeba	7625	0,3	30,3
SER V	Canindezinho	41202	1,7	122,08

Regionais	Bairros	População		Densidade demográfica (Hab/ha)
		Quantidade	% do total do Município	
SER I	Carlito Pamplona	29076	1,2	229,3
centro	Centro	28538	1,2	52,3
SER II	Cidade 2000	8272	0,3	155,78
SER VI	Cidade dos Funcionários	18256	0,3	55,18
SER VI	Coaçu	7188	0,3	42,91
SER II	Cocó	20492	0,8	60,82
SER VI	Conjunto Palmeiras	36599	1,5	...
SER V	Conjunto Ceará I	19221	0,8	88,86
SER V	Conjunto Ceará II	23673	1	135,73
SER IV	Couto Fernandes	5260	0,2	147,75
SER VI	Curió	7636	0,3	82,55
SER IV	Damas	10719	0,4	110,96
SER IV	Dendê	5637	0,2	24,44
SER VI	Dias Macedo	12111	0,5	47,49
SER II	Dionísio Torres	15634	0,6	87,19
SER III	Dom Lustosa	13147	0,5	96,95
SER II	Dunas	1447	0,1	3,09
SER VI	Edson Queiroz	22210	0,9	13,87
SER V	Granja Lisboa	52042	2,1	84,02
SER VI	Guajeru	6668	0,3	68,38
SER II	Guararapes	5266	0,2	71,45
SER III	Henrique Jorge	26994	1,1	148,89
SER VI	Jangurussu	50479	2,1	32,39
SER V	Jardim Cearense	10103	1,6	90,77
SER VI	Jardim das Oliveiras	29571	1,2	103,35
SER III	João XXIII	18398	0,8	130,29
SER II	Joaquim Távora	23450	1	117,6
SER III	Jóquei Clube	19331	0,8	110,9
SER VI	José Alencar	16003	0,7	50,91
SER VI	Lagoa Redonda	27949	1,1	15,33
SER II	Luciano Cavalcante	15543	0,6	38,79

Regionais	Bairros	População		Densidade demográfica (Hab/ha)
		Quantidade	% do total do Município	
SER II	Meireles	36982	1,5	146,87
SER VI	Messejana	41689	1,7	62,22
SER II	Mucuripe	13747	0,6	222,44
SER III	Padre Andrade	12936	0,5	99,5
SER II	Papicu	18370	0,7	53,61
SER III	Parque Araxá	6715	0,3	134,3
SER VI	Parque dois Irmãos	27236	1,1	60,52
SER VI	Parque Iracema	8409	0,3	58,76
SER VI	Parque Manibura	7529	0,3	41,41
SER III	Parquelândia	14432	0,6	105,96
SER VI	Passaré	50940	2,1	68,21
SER VI	Paupina	14665	0,6	17,51
SER VI	Pedras	1342	0,1	4,3
SER III	Pici	42494	1,7	108,26
SER II	Praia de Futuro I	6630	0,3	41,28
SER II	Praia de Iracema	3130	0,1	89,42
SER II	Praia do Futuro II	11957	0,5	36,85
SER III	Presid. Kennedy	23004	0,9	130,11
SER III	Quintino Cunha	47277	1,9	160,64
SER III	Rodolfo Teófilo	19114	0,8	106,6
SER VI	Sabiaguaba	2117	0,1	1,57
SER II	Salinas	4298	0,2	15,66
SER VI	São Bento	11964	0,5	...
SER II	São João de Tauape	27598	1,1	112,36
SER VI	Sapiranga/Coité	32158	1,3	81,41
SER II	Varjota	8421	0,3	132,19
SER II	Vicente Pinzon	45518	1,9	164,38

Fonte: IBGE censo 2010

1.1 - Execução de 2012

De um orçamento de R\$ 5,05 bilhões, foram empenhados R\$ 4,4 bilhões, representando 87,1% do total programado (**tabela 04**). O baixo desempenho dos gastos com investimentos (37,7%) e inversões (25,8%) está relacionado com a falta de capacidade de captação de recursos de convênios e operações de crédito e do atraso na execução das obras de mobilidade relacionadas com a Copa do Mundo de 2014.

O município de Fortaleza possui 19 fontes de recursos, nas **tabelas 05** são apresentadas as fontes e a destinação. Será possível identificar o que é orçado e o que foi empenhado no ano de 2012, bem como o percentual que cada fonte representa no orçamento geral.

Quanto ao desempenho por Fonte, percebe-se na **tabela 06** que as fontes do Tesouro do município tiveram bons desempenhos, sempre próximos aos 100%, enquanto houve uma baixa performance na captação dos recursos de origem de operações de crédito e de convênios.

TABELA 04

LOA 2012 - Execução Orçamentária por Grupo de Despesa			
Grupo de Despesa	LOA	Empenhado	%
PESSOAL	2.084.582.646	2.150.560.874	103,2
JUROS	12.715.000	12.457.935	98,0
DESP. CORRENTES	1.906.314.485	1.830.608.147	96,0
INVESTIMENTOS	951.348.611	358.699.186	37,7
INVER. FINANCEIRAS	36.959.758	9.536.660	25,8
AMORT. DA DÍVIDA	65.000.000	40.389.552	62,1
RESERVA	53.500	-	0,0
TOTAL	5.056.974.000	4.402.252.354	87,1

TABELA 05

LOA 2012 - Execução Orçamentária dos Recursos Destinados a Investimentos				
Fonte	LOA	Empenhado	%	
100 Recursos Ordinários	184.118.144	106.041.677	57,6	
101 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	35.948.512	11.157.793	31,0	
102 Recursos Destinados às Ações e Serviços Públicos de Saúde	21.127.937	15.494.387	73,3	
103 Recursos Destinados ao Poder Legislativo	1.987.000	1.259.323	63,4	
104 Transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	143.000	4.059.590	2.838,9	
105 Contribuição do Salário Educação	5.791.156	6.470.661	111,7	
106 Recursos da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública	75.075.530	38.188.355	50,9	
109 Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino - FNDE	957.003	-	-	
146 Operações de Crédito Internas	151.675.221	50.706.079	33,4	
148 Operações de Crédito Externas	148.361.737	62.346.938	42,0	
181 Recursos de Convênios	213.689.057	37.828.080	17,7	
187 Recursos de Convênios da Educação	12.259.320	970.541	7,9	
210 Transferência do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	538.215	1.130.974	210,1	
212 Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	8.467.310	7.891.407	93,2	
280 Recursos Diretamente Arrecadados	15.128.705	7.774.018	51,4	
281 Recursos de Convênios	7.537.568	1.460.408	19,4	
284 Recursos do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	5.811.000	60.671	1,0	
285 Recursos do Programa de Saúde dos Servidores	774.000	195.201	25,2	
288 Recursos de Convênios da Saúde	61.958.196	5.663.083	9,1	
TOTAL	951.348.611	358.699.186	37,7	

TABELA 06

LOA 2012 - Execução Orçamentária por Fonte			
Descrição da Fonte	LOA	Empenhado	%
100 Recursos Ordinários	1.456.393.000	1.367.547.137	93,90
101 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	332.513.000	372.113.200	111,91
102 Recursos Destinados às Ações e Serviços Públicos de Saúde	601.946.000	610.845.303	101,48
103 Recursos Destinados ao Poder Legislativo	114.608.000	111.159.527	96,9
104 Transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	470.002.000	426.768.955	90,80
105 Contribuição do Salário Educação	12.757.000	23.188.764	181,77
106 Recursos da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública	135.200.000	110.707.284	81,88
109 Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino - FNDE	40.926.000	22.111.807	54,03
146 Operações de Crédito Internas	155.529.000	51.606.113	33,18
148 Operações de Crédito Externas	159.367.000	73.084.399	45,86
181 Recursos de Convênios	300.034.000	47.492.162	15,83
187 Recursos de Convênios da Educação	18.417.000	970.541	5,27
210 Transferência do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	15.676.000	16.440.993	104,88
212 Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	604.509.000	700.938.837	115,95
280 Recursos Diretamente Arrecadados	84.083.000	55.243.836	65,70
281 Recursos de Convênios	14.274.000	3.188.287	22,34
284 Recursos do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	355.000.000	315.695.387	88,93
285 Recursos do Programa de Saúde dos Servidores	75.740.000	79.774.096	105,33
288 Recursos de Convênios da Saúde	110.000.000	13.375.727	12,16

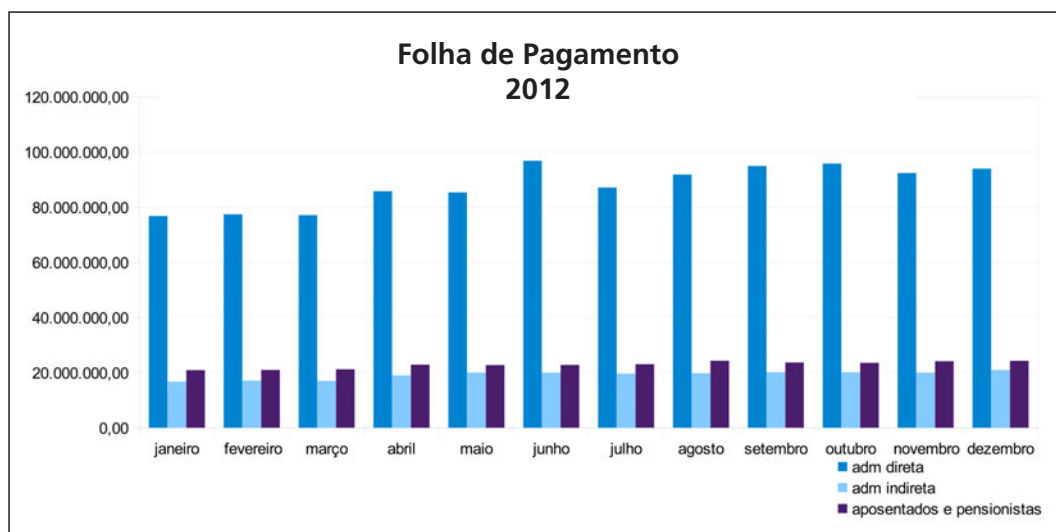
Despesas com administração direta, Indireta e inativos no ano de 2012.

Conforme **tabela 07** e **gráfico 04** é possível verificar as despesas que o município teve no ano e 2012 com a administração direta, indireta e aposentados/pensionistas, é possível verificar também em que meses teve maior e menor despesas.

TABELA 07

Despesas com administração Direta, Indireta e inativos no ano de 2012				
Mês	Adm. Direta Valor Bruto	Adm. Indireta Valor Bruto	Aposent/Pension Valor Bruto	Total Geral Valor Bruto
JAN	76.841.435,83	16.786.933,16	20.929.160,57	114.557.529,56
FEV	77.454.567,40	17.139.410,64	21.019.236,56	115.613.214,60
MAR	77.166.045,26	17.045.569,58	21.253.357,60	115.464.972,44
ABR	85.815.173,04	19.007.023,69	22.898.314,26	127.720.510,99
MAI	85.392.135,15	20.067.140,24	22.746.369,41	128.205.644,80
JUN	96.864.922,39	20.039.092,65	22.834.971,78	139.738.986,82
JUL	87.126.759,61	19.649.233,77	23.085.358,81	129.861.352,19
AGO	91.848.987,79	19.804.724,54	24.324.186,01	135.977.898,34
SET	94.983.579,81	20.185.559,60	23.706.885,97	138.876.025,38
OUT	95.867.427,81	20.182.784,02	23.595.231,24	139.645.443,07
NOV	92.420.799,22	20.080.410,36	24.153.966,31	136.655.175,89
DEZ	94.015.807,89	21.000.882,67	24.303.011,97	139.319.702,53
Total	1.055.797.641,20	230.988.764,92	274.850.050,49	1.561.636.456,61

GRÁFICO 04



1.2 - A LOA de 2013

A LOA de 2013 estima gastos da ordem de R\$ 5,59 bilhões destinados R\$ 2,4 bilhões para o Pagamento de Pessoal (43,4%) e R\$ 2,1 bilhões para Outras Despesas Correntes (38%) (**tabela 08 e 09**). Para investimentos estão projetados gastos de R\$ 941,8 milhões (16,9%) sendo que, mais da metade desses recursos são oriundos de operações de crédito e de convênios. A nova gestão tem intenções de reduzir recursos de custeio para reforçar os gastos com investimentos o que implicará em ajustes no atual orçamento a serem alterados pelos procedimentos legais estabelecidos.

TABELA 08

LOA 2013 - Recursos por Grupo de Despesa		
Discriminação	LOA	%
PESSOAL	2.427.269.970	43,4
JUROS	18.000.000	0,3
DESPESAS CORRENTES	2.122.294.620	38,0
INVESTIMENTOS	941.822.601	16,9
INVER. FINANCEIRAS	10.922.758	0,2
AMORT. DA DÍVIDA	65.000.000	1,2
RESERVA	2.486.122	0,0
TOTAL	5.587.796.071	100,0

TABELA 09

LOA 2013 - Recursos por Fonte			
	FONTE	LOA	%
100	Recursos Ordinários	1.631.240.065	29,2
101	Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	414.093.353	7,4
102	Recursos Destinados às Ações e Serviços Públicos de Saúde	687.382.579	12,3
103	Recursos Destinados ao Poder Legislativo	125.674.240	2,2
104	Transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	495.091.829	8,9
105	Contribuição do Salário Educação	18.000.000	0,3
106	Recursos da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública	140.326.117	2,5
109	Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino - FNDE	40.928.000	0,7
146	Operações de Crédito Internas	138.793.033	2,5
148	Operações de Crédito Externas	168.670.000	3,0
181	Recursos de Convênios	280.612.288	5,0
187	Recursos de Convênios da Educação	18.422.000	0,3
210	Transferência do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	16.678.000	0,3
212	Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	755.482.000	13,5
280	Recursos Diretamente Arrecadados	79.815.000	1,4
281	Recursos de Convênios	12.838.567	0,2
284	Recursos do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	400.000.000	7,2
285	Recursos do Programa de Saúde dos Servidores	80.200.000	1,4
288	Recursos de Convênios da Saúde	83.549.000	1,5
	TOTAL	5.587.796.071	100,0

1.3 - LOA 2013 x LOA 2012

Quando comparada a LOA de 2013 com a LOA de 2012 vemos que há um crescimento de 10,5% no valor total projetado, mas com um decréscimo nos recursos destinados aos investimentos (**tabela 10**).

TABELA 10

Comparação da LOA 2013 com a LOA 2012			
Discriminação	LOA 2012	LOA 2013	% (2013/2012)
PESSOAL	2.084.582.646	2.427.269.970	16,4
JUROS	12.715.000	18.000.000	41,6
DESP. CORRENTES	1.906.314.485	2.122.294.620	11,3
INVESTIMENTOS	951.348.611	941.822.601	-1,0
INVER. FINANCEIRAS	36.959.758	10.922.758	-70,4
AMORT. DA DÍVIDA	65.000.000	65.000.000	0,0
RESERVA	53.500	2.486.122	4.547,0
TOTAL	5.056.974.000	5.587.796.071	10,5

2

A SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA

2.1 - A Estrutura Administrativa

A Prefeitura de Fortaleza, até dez/2012, além do gabinete do prefeito e do vice-prefeito tinha uma estrutura composta por 45 órgãos, sendo 25 órgãos da administração direta, 7 autarquias, 3 fundações, 1 empresa pública e 2 economias mistas. O Gabinete do prefeito contava ainda 7 coordenadorias com status de secretarias.

Além da estrutura oficial composta por 45 órgãos a Prefeitura mantinha mais 7 organismos oficiosos ligados ao gabinete da prefeita. Assim, é fácil verificar que a nova estrutura é bem menor do que a anterior.

A Lei Complementar 0137 de 08/01/2013 foram promovidos ajustes na estrutura visando um melhor alinhamento com as estruturas federal e estadual e uma adequação aos compromissos assumidos pelo atual gestor. Foram fundidas a Secretaria do Planejamento com a Secretaria de Administração passando a denominar-se Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG e a Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor e a Secretaria Municipal de

Direitos Humanos, passando a denominar-se Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos. Foram criadas 05 secretarias: Secretaria de Governo, Secretaria de Segurança Cidadã, Secretaria Extraordinária da COPA, Secretaria de Conservação e Serviços Públicos e a Secretaria da Controladoria e Transparência, na **tabela 11** consta a estrutura anterior e a vigente.

TABELA 11

ESTRUTURA VIGENTE ATÉ DEZ/2012	ESTRUTURA APÓS A LEI 0137/2013
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
GABINETE DO PREFEITO	GABINETE DO PREFEITO
GABINETE DO VICE-PREFEITO	GABINETE DO VICE-PREFEITO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DA CONTROLADORIA E TRANSPARÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E CONTROLE URBANO	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SECRETARIA DE TURISMO DE FORTALEZA	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE FORTALEZA
SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DE FORTALEZA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA
SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL DO CENTRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

ESTRUTURA VIGENTE ATÉ DEZ/2012	ESTRUTURA APÓS A LEI 0137/2013
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	SECRETARIA REGIONAL IV
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	SECRETARIA REGIONAL V
GUARDA MUNICIPAL DE FORTALEZA	SECRETARIA REGIONAL VI
OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO	OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO
	GUARDA MUNICIPAL
Autarquias	Autarquias
AMC - Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e de Cidadania de Fortaleza	AMC - Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e de Cidadania de Fortaleza
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE FORTALEZA - IPLANFOR	INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE FORTALEZA - IPLANFOR
IJF - Instituto Dr. José Frota	IJF - Instituto Dr. José Frota
IMPARH - Instituto Municipal de Pesquisa Administração e Recursos Humanos	IMPARH - Instituto Municipal de Pesquisa Administração e Recursos Humanos
IPEM - Instituto de Pesos e Medidas	IPEM - Instituto de Pesos e Medidas
IPM - Instituto de Previdência do Município	IPM - Instituto de Previdência do Município
ACFOR -Autarquia de Regulação, Fiscalização e controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental	ACFOR -Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental
Fundações	Fundações
FUNCET - Fundação de Cultura, Esporte e Turismo	FUNCET - Fundação de Cultura, Esporte e Turismo
FUNCI - Fundação da Criança e da Família Cidadã	FUNCI - Fundação da Criança e da Família Cidadã
FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA - HABITAFOR	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA - HABITAFOR
Empresas	Empresas
EMLURB - Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização	EMLURB - Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização
ECONOMIAS MISTAS	ECONOMIAS MISTAS
CTC - Companhia de Transporte Coletivo	CTC - Companhia de Transporte Coletivo
ETUFOR - Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza S/A	ETUFOR - Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza S/A
COORDENADORIAS COM STATUS DE SECRETARIA	COORDENADORIAS COM STATUS DE SECRETARIA
COORDENADORIA DA JUVENTUDE	COORDENADORIA DA JUVENTUDE

ESTRUTURA VIGENTE ATÉ DEZ/2012	ESTRUTURA APÓS A LEI 0137/2013
SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL I	SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA CIDADÃ
SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL II	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL III	SECRETARIA REGIONAL CENTRO
SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL IV	SECRETARIA REGIONAL I
SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL V	SECRETARIA REGIONAL II
SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL VI	SECRETARIA REGIONAL III
COORDENADORIA ESPECIAL DE PARTICIPAÇÃO POPULAR	SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DA COPA
COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES	COORDENADORIA DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS
COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE	COORDENADORIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
COORDENADORIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA DO GOVERNO MUNICIPAL	COORDENADORIA ESPECIAL DE PARTICIPAÇÃO POPULAR
COORDENADOR GERAL E CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO	
COORDENADOR DE PROJETOS ESPECIAIS, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E INTERNACIONAIS	

Novo organograma

Para o gerenciamento dessa estrutura, a prefeitura conta com 3.118 cargos comissionados, além dos cargos de prefeito, vice-prefeito e de secretários municipais e executivos, todos estabelecidos na lei complementar 0137/2013 (**tabela 12**).

Com objetivo de dar transparência à remuneração dos secretários que era provida por um cargo comissionado mais o geton de 2 conselhos (COPAM e CPE) passou a ser provido por uma única remuneração, que não sofreu nenhum reajuste.

A Gestão anterior contava ainda com 928 cargos de comissões remuneradas equivalentes a cargos comissionados com um custo de R\$ 1.510.453,91 mensais e R\$ 20.134.350,62 anuais (**tabela 13**).

Dessas, 9 comissões foram extintas no dia 31/12/2012 com uma redução de custos 123 cargos equivalentes de R\$ 4.302.969,06 (**tabela 14**). As demais comissões estão sendo examinadas com a possível extinção de várias, ficando somente aquelas que tiverem produtos temporários que a estrutura permanente não tenha condições de responder.

2.2 – Pessoal

De acordo com as informações já levantadas, a Prefeitura Municipal de Fortaleza, no final de dezembro, contava com uma força de trabalho constituída por servidores efetivos, servidores temporários, servidores somente ocupantes de cargos comissionados, terceirizados em contratos de terceirização,

pessoal prestando serviços por meio de contrato de Gestão com Organização Social, pessoal prestando serviços através de convênios com organizações diversas e pessoal aportado por meio de contratos que não são considerados de terceirização, somando cerca de 59.863 pessoas (**tabela 15**).

O pessoal do quadro é da ordem de 37.230, sendo que destes, 1.724 servidores temporários da Saúde ainda se encontravam em processo de nomeação e lotação. A **tabela 16** detalha a lotação desses servidores.

TABELA 12

SIMBOLOGIA	QUANTIDADE NA PMF
DG-1	84
DNS-1	157
DNS-2	347
DNS-3	307
DAS-1	588
DAS-2	435
DAS-3	438
DNI-1	666
DNI-2	44
DNI-3	52
TOTAL	3.118

PODER EXECUTIVO - PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA ORGANOGRAMA

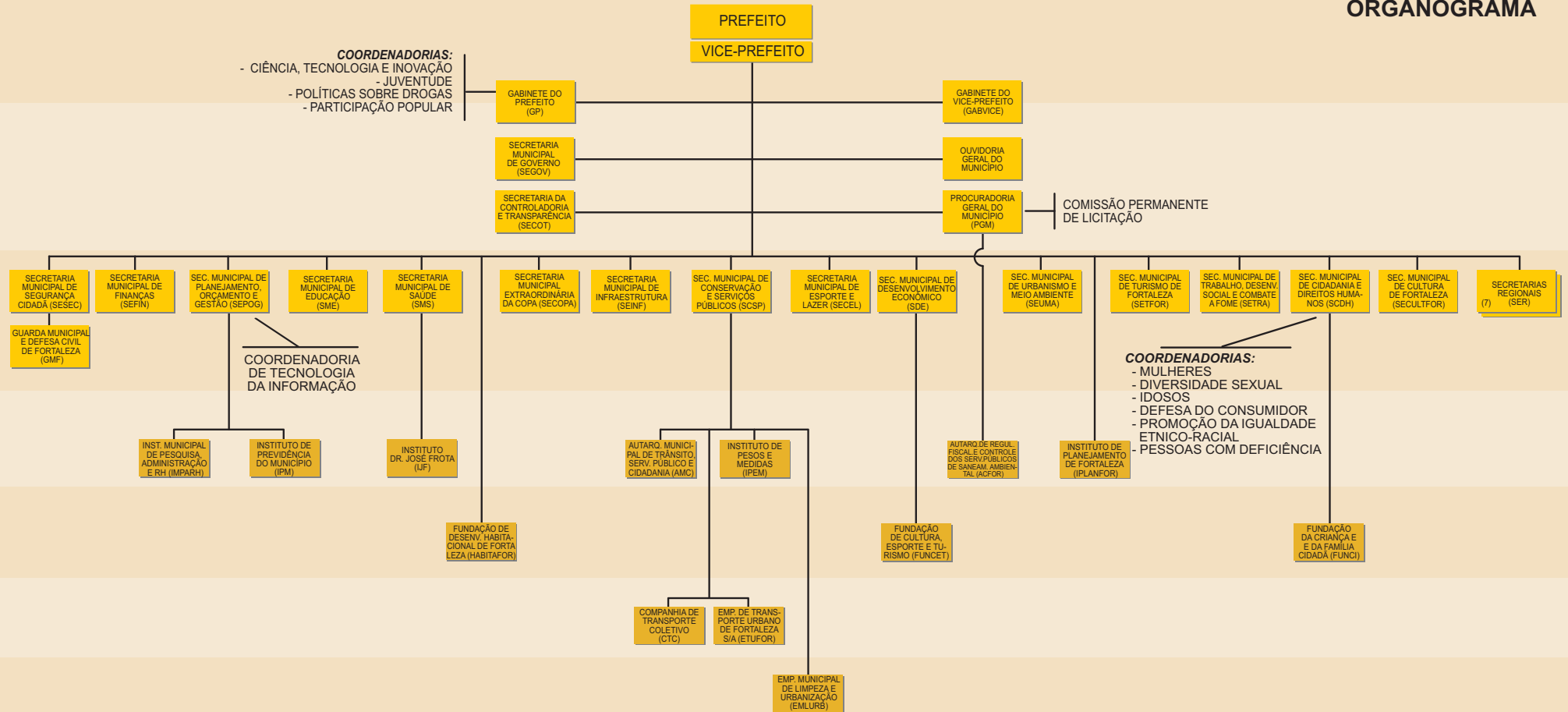
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

EMPRESA FUNDADAÇÃO AUTARQUIA

ECONOMIA MISTA

COORDENADORIAS:
- CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
- JUVENTUDE
- POLÍTICAS SOBRE DROGAS
- PARTICIPAÇÃO POPULAR



COORDENADORIAS:
- MULHERES
- DIVERSIDADE SEXUAL
- IDOSOS
- DEFESA DO CONSUMIDOR
- PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL
- PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

FUNDOS MUNICIPAIS:
JUVENTUDE (GP)
APERFEIÇOAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (PGM)
DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS (SECDDH)
DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO (SEOG)
EDUCAÇÃO (SME)
SAÚDE (SMS)
CULTURA (SECULTFOR)
DEFESA DO MEIO AMBIENTE (SEUMA)
LIMPEZA URBANA (SEMAM)
ASSISTÊNCIA SOCIAL (SETDS)
DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (SECDDH)

POLOS:
TECNOLÓGICO DE FORTALEZA - PTFOR (SDE)
CRIATIVO DE FORTALEZA - PCFOR (SDE)

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS:
INSTITUTO CUCA (GP)
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE APOIO À GESTÃO EM SAÚDE - IDGS (SMS)

USINA DE ASFALTO (SEINF)

TABELA 13

Comissões			
SÍMBOLO EQUIVALENTE	TOTAL	Custo Total/Mês	Custo Ano
DG154	409.066,74	5.452.859,64	
DNS1	98	224.880,60	2.997.658,40
DNS2	85	165.216,20	2.202.331,95
DNS3	39	67.383,03	898.215,79
DAS1	264	342.096,48	4.560.146,08
DAS2	152	147.715,12	1.969.042,55
DAS3	137	103.556,93	1.380.413,88
DNI1	82	44.275,90	590.197,75
DNI2	7	3.023,51	40.303,39
DNI3	10	3.239,40	43.181,20
Total	928	1.510.453,91	20.134.350,62

TABELA 14

Comissões Extintas em 31/12/2012				
SÍMBOLO EQUIVALENTE	Quantidade	Remuneração Unitária do Cargo	Custo Total/Mês	Custo Ano
DG122	7.575,31	166.656,82	2.221.535,41	
DNS1	24	2.294,70	55.072,80	734.120,42
DNS2	13	1.943,72	25.268,36	336.827,24
DNS3	10	1.727,77	17.277,70	230.311,74
DAS1	34	1.295,82	44.057,88	587.291,54
DAS2	8	971,81	7.774,48	103.633,82
DAS3	1	755,89	755,89	10.076,01
DNI1	11	539,95	5.939,45	79.172,87
DNI2	0	431,93	-	-
DNI3	0	323,94	-	-
Total	123		322.803,38	4.302.969,06

TABELA 15

Força de Trabalho Prestando Serviços para PMF em Dez/2012	
Tipo de Provimento	Quant.
Servidor do Quadro - Efetivos e Temporários (1)	37.230
Comissionados Sem Vinculo com a Prefeitura (2)	1.742
Pessoal Terceirizado (3)	20.891
Contratos com Empresas Privadas	12.771
Contratos de Gestão com IDGS	5.521
Outros Contratos e Convênios	924
Estagiários e Bolsistas	1.675
TOTAL (1) + (2) + (3)	59.863

Fonte: SEFOG

Obs: Em resumo, a PMF tinha em 31/12/2012 apenas **28.462** servidores de carreira (vide tabela 16), para uma **Força Total de Trabalho de 59.863**, ou seja mais do dobro dos realmente efetivos. **De onde se conclui que 31.401 servidores da Prefeitura estão em regimes de trabalho que não sejam os de servidores de carreira.**

TABELA 16

PESSOAL EFETIVO - SITUAÇÃO RECEBIDA EM 01/01/2013			
Orgão	Quantidade		
		SEMAM	137
AMC	416	SEMAS	62
EMLURB	1.438	SER I	2.522
FUNCET	1	SER II	1.858
FUNCI	34	SER III	2.577
GMF	1.552	SER IV	2.222
GAB PREFEITA	104	SER V	4.444
IJF	2.272	SER VI	4.301
IPM	238	SERCEFOR	53
IMPARH	113	ETUFOR	1.527
IPEM	12	CTC	282
PGM	96	Subtotal	28.462
PROCON	12	<i>Agentes de Saúde e Combate às Endemias em processo de mudança de regime jurídico)</i>	4.053
SAM	202		
SDE	65		
SME	194	<i>Temporários da Educação em Folha</i>	2.357
SMS	817	<i>Servidores Temporários da Saúde em Folha</i>	634
SECULTFOR	54	<i>Temporários da Saúde (em processo de nomeação)</i>	1.724
SEFIN	322		
SEINF	535	Total	37.230

Introdução

O presente relatório tem como objetivo apresentar a situação econômico-financeira da Prefeitura Municipal de Fortaleza por meio de análise financeira, contábil e patrimonial, com base nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, Relatórios da LRF (RGF e RREO), dados de sítios da Secretaria do Tesouro Nacional, Tribunal de Contas do Município, Secretaria de Finanças. Tendo como objeto diversas rubricas e indicadores que por meio da confecção de diversas tabelas com dados e indicadores econômico-financeiros para o período de 2005 a 2012 concentrou-se em aferir a situação fiscal e financeira da Prefeitura com o intuito de permitir à nova gestão, logo no início de seu governo, um conhecimento antecipado da situação fiscal que favoreça a capacidade governativa.

3.1 Análise da Execução Orçamentária

3.1.1 A Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária Municipal para o exercício de 2012, foi prevista inicialmente em R\$ 5.056.974 mil e teve seu valor ajustado até o final do ano para R\$ 4.903.390 mil. Sua realização atingiu a cifra de R\$ 4.666.283 mil, resultando em uma arrecadação menor de R\$ 237.107 mil em comparação com a previsão final. A receita realizada representa, portanto, 95,2% da receita prevista.

3.1.2 A Receita Corrente

Acham-se agrupadas nesta Categoria Econômica as Receitas Tributárias, de Contribuições, Patrimonial, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, apresentando uma arrecadação de R\$ 4.135.904 mil e participa com um percentual de 88,6% da Receita Orçamentária, tendo um saldo realizar em relação à previsão orçamentária em R\$ 42.993 mil, representando 1,04% do valor previsto.

As fontes desta Categoria Econômica que mais contribuíram na composição dos ingressos do Tesouro, em relação à Receita Total, foram a Receita Tributária e as Transferências Correntes (bruta) com 23% e 62%, respectivamente (**gráfico 06**).

3.1.3 A Receita Corrente Líquida

O **gráfico 07** reflete a evolução da RCL do município de Fortaleza, cujo crescimento de janeiro a dezembro de 2012 em relação ao mesmo período de 2011 foi de 13,9% em termos nominais.

GRÁFICO 06

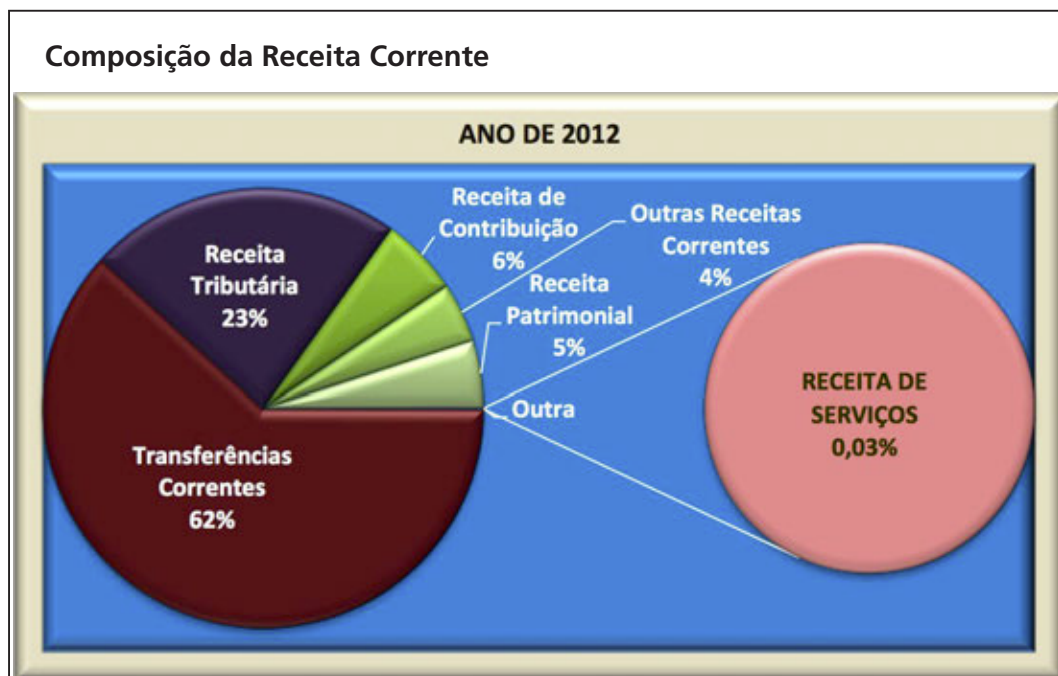
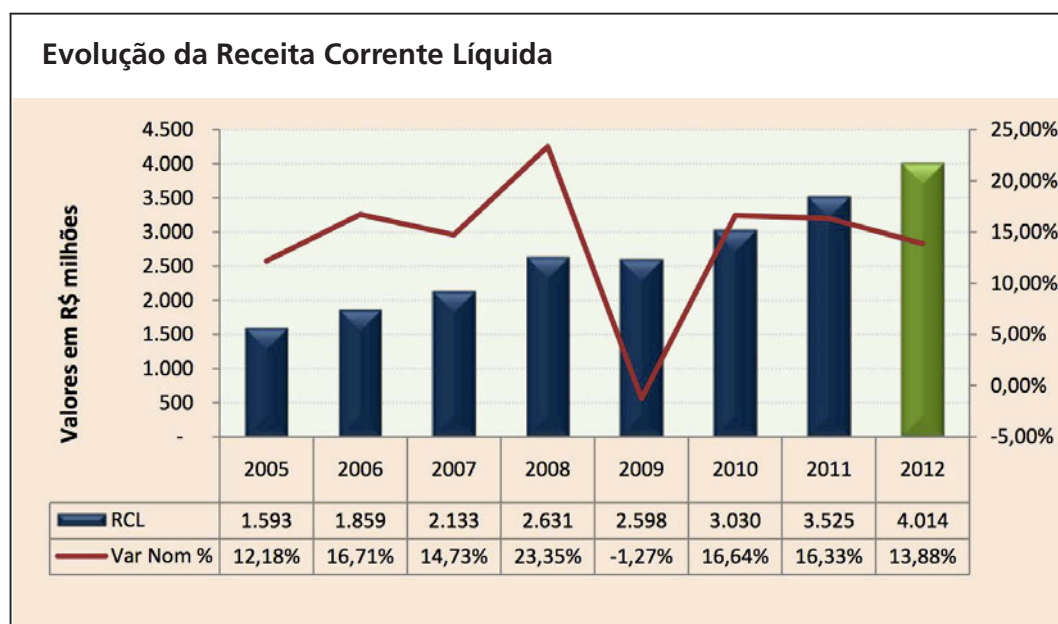


GRÁFICO 07



3.1.4 A Receita Tributária

A arrecadação tributária do Município de Fortaleza, no período de janeiro a dezembro de 2012, atingiu o montante de R\$ 953.759 mil em termos nominais. Na composição da arrecadação, o ISS apresenta-se como a receita mais expressiva, contribuindo com 52% da Receita Tributária. O IPTU contribuiu com 20,1%, o ITBI com 11,5% e as outras receitas tributárias, 1,8%. Ressalte-se que na consolidação dos impostos arrecadados pelo Município de Fortaleza encontra-se a arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza incidente na Fonte sobre Rendimentos pagos a qualquer título pelo Município, suas Autarquias e pelas Fundações - IRRF, cuja participação foi de 14,6%. O total das receitas tributárias de 2012 registrou um incremento de 17,8% em termos nominais em relação ao mesmo período de 2011 (**gráfico 08**).

3.1.4.1 Evolução do IPTU

A arrecadação do IPTU, segunda principal fonte de recursos do Município, em 2012, correspondeu a 20,1% da receita tributária totalizando a quantia de R\$ 191.285 mil, apresentando um crescimento nominal de 11,2% quando comparado com o mesmo período de 2011 (**gráfico 9**). De forma geral os resultados se devem à não utilização efetiva de um cadastro atualizado. Ainda assim, cumpre destacar ações que devem ser empreendidas pela gestão atual para otimizar o potencial de arrecadação desse tributo.

- Atualização Linear da Planta Genérica de Valores Imobiliários (PGVI);
- Revisão do Cadastro Imobiliário;
- Cruzamento de informações com base de dados do ISS e SEFAZ;
- Georreferenciamento;
- Ações baseadas na Inteligência Fiscal e Tecnologia;
- Facilidades ao Cidadão: Atendimento Telefônico Personalizado, descontos para pagamentos em Cota Única, Pagamento on-line no cartão, parcelamentos e disponibilização de Informações e serviços via internet.

3.1.4.2 Evolução do ISS

A arrecadação do ISS, principal fonte de recursos do Município, em 2012, correspondeu a 52% da receita tributária totalizando a quantia de R\$ 495.747 mil, apresentando um crescimento nominal de 16% quando comparado ao mesmo período de 2011 (**gráfico 10**). Estudos recentes realizados pela Secretaria de Finanças de Fortaleza apontam que 75% da arrecadação de ISS advém dos seguintes setores:

- Apoio Técnico (ex.: assessoria ou consultoria de qualquer natureza);

GRÁFICO 08

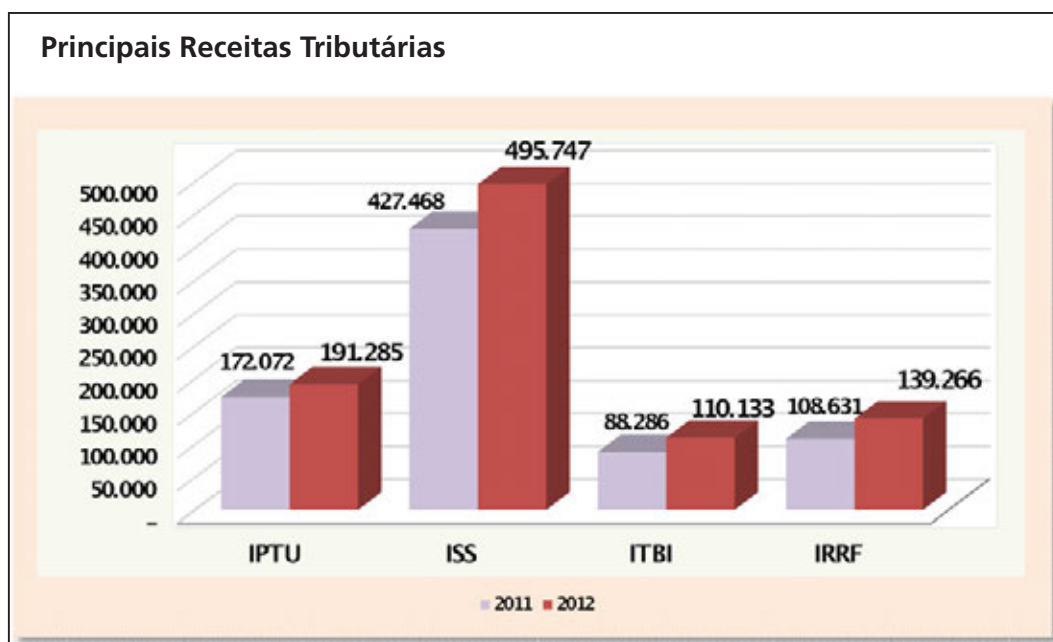
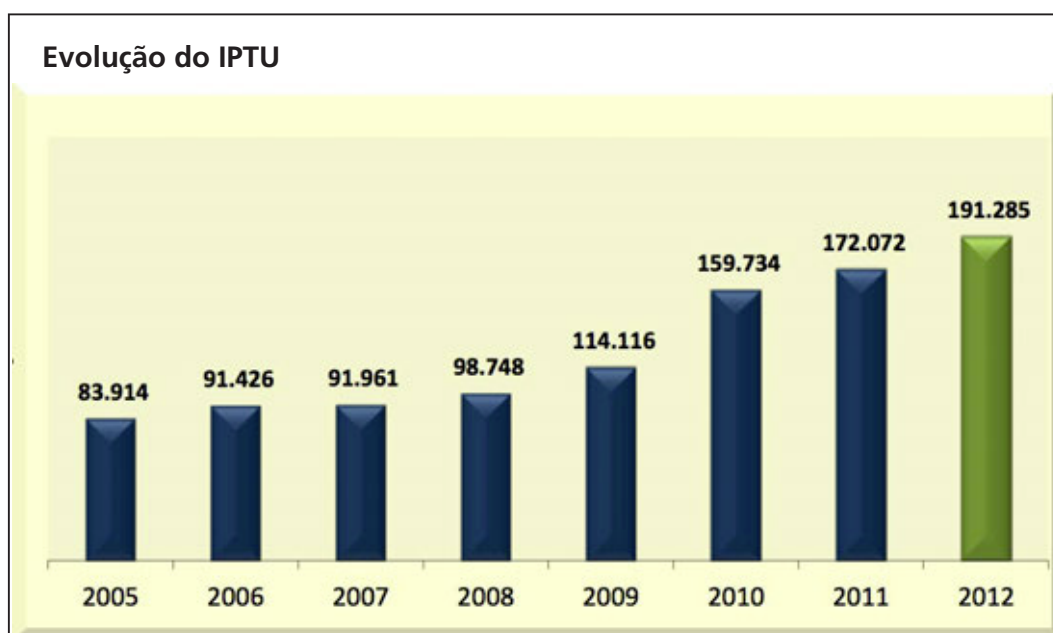


GRÁFICO 09



- Engenharia e Construção Civil;
- Substitutos Tributários (instituições públicas ou privadas às quais tem responsabilidade, atribuída legalmente pelo Município, de recolher os impostos relativos aos serviços tomados);
- Saúde;
- Bens de Terceiros (ex.: serviços de manutenção, reparação e assistência técnica diversa).

3.1.4.3 Evolução do ITBI

Durante o período de janeiro a dezembro de 2012, a arrecadação de ITBI foi superior 24,7% em relação ao mesmo período de 2011, apresentando trajetória ascendente nos últimos oito anos, à exceção do ano de 2009 que teve um decréscimo nominal de 1,48%. A receita proveniente de tal imposto representa cerca de 11,5% da receita própria de Fortaleza (**gráfico 11**).

3.1.4.4 Evolução do IRRF

As receitas provenientes do IRRF, orçadas em R\$ 128.393 mil totalizaram na sua realização, R\$ 139.266 mil, representando 14,6 % da Receita Tributária. Comparando-se com o exercício anterior, estas receitas cresceram 28,2%. É uma fonte de receita que merece uma atenção maior por parte do tesouro municipal por meio de uma manualização de arrecadação, com o objetivo de dar conhecimento da legislação e todas as hipóteses de incidência para todos os órgãos da administração pública municipal, enfim, tornar mais efetiva a arrecadação, uma vez que o produto desta pertence de fato e de direito ao município (**gráfico 12**).

3.1.5 A Receita de Transferências Constitucionais

As transferências notadamente Tributárias são as transferências repassadas para os municípios pelos demais entes da Federação (União e Estado) e que tem origem na repartição da receita dos seguintes impostos: Fundo de Participação dos Municípios – FPM, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e outras transferências (**gráfico 13**).

As transferências Constitucionais representam cerca de 61,7% da receita corrente, demonstrando a forte dependência do município a tais recursos. A participação do FPM, ICMS e IPVA no total das transferências recebidas pela Prefeitura de Fortaleza no período analisado foi de 24,8%, 24,9% e 4,9% respectivamente. O item outras transferências que corresponde ao Fundo Especial Petróleo, Royalties Petróleo, CIDE, ICMS Desoneração, FEX e IPI, obteve participação de 30,2%.

GRÁFICO 10

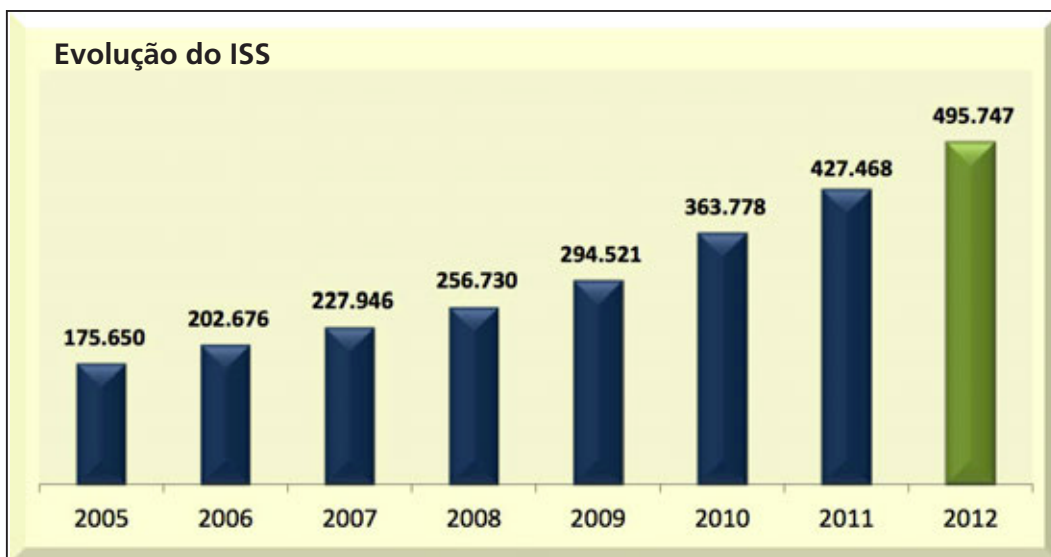
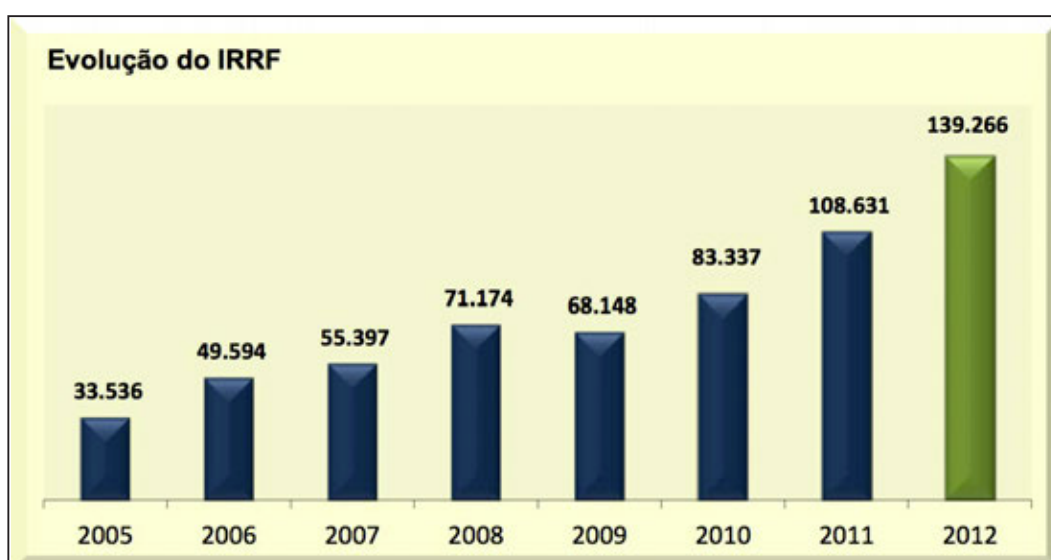


GRÁFICO 11



GRÁFICO 12



Essa importância relativa das transferências reduz a capacidade de autonomia tributária do município (**tabela 17**), já que, de certa forma, sua arrecadação pode ser afetada por decisões de políticas fiscais tomadas nas esferas estadual ou federal, fragilizando assim sua posição financeira e capacidade de planejamento. Nesse sentido, é necessário que o governo municipal busque alternativas para incrementar sua arrecadação própria, minimizando potenciais problemas.

3.1.5.1 Evolução da Cota-Parte FPM

O desaquecimento da economia e as desonerações de impostos promovidas pelo governo estão interferindo na arrecadação tributária federal e, conseqüentemente, reduzindo as projeções e realizações das transferências constitucionais a serem repassadas aos estados e municípios ao longo de 2012. No caso do município de Fortaleza, isto se refletiu na receita do FPM, que é proveniente do Governo Federal. Do **gráfico 14** se constata que a evolução do FPM de 2012 comparado a 2011 foi de apenas 3,4%. Em termos nominais, muito diferente do resultado de 2011 em relação a 2010, que registrou um incremento em termos nominais de 25,4%. Isto reforça a fragilidade do padrão de financiamento dos gastos públicos do município de Fortaleza, pois a maior parte das receitas não é advinda de seu sistema próprio de geração de recursos (tributos), caracterizando, assim, uma grande dependência das transferências federais e estaduais.

3.1.5.2 Evolução da Cota-Parte ICMS

Como se pode observar no **gráfico 17**, no período janeiro a dezembro de 2012 o município de Fortaleza recebeu R\$ 713.787 mil. Com relação ao mesmo período de 2011, registrou um incremento nominal de 12,4%. Mesmo com esse crescimento, a economia cearense já vem sofrendo os efeitos negativos da crise, pela redução das expectativas de crescimento econômico projetadas para 2012. Observa-se, no entanto, que o Governo Estadual vem fazendo

TABELA 17

Comparativo das Principais Receitas de Transferências					
PRINCIPAIS RECEITAS	2011 (A)	2012 (B)	%T	DIFERENÇA (C) = (A) - (B)	R\$
					1.000 Δ% 2012/2011 (%)
Cota-Parte FPM	688.075	711.285	24,8%	23.209	3,4%
Cota-Parte ICMS	635.247	713.787	24,9%	78.540	12,4%
Cota-Parte IPVA	123.916	141.475	4,9%	17.559	14,2%
Transf. Do Fundeb	438.977	429.448	15,0%	(9.530)	-2,2%
Out. Transf.	686.387	867.439	30,3%	181.052	26,4%
Total das Transf. Correntes	2.572.603	2.863.434	100,0%	290.831	11,3%

Fonte: RGF E RREO/STN-SIM/TCM E LOA 2013

GRÁFICO 13

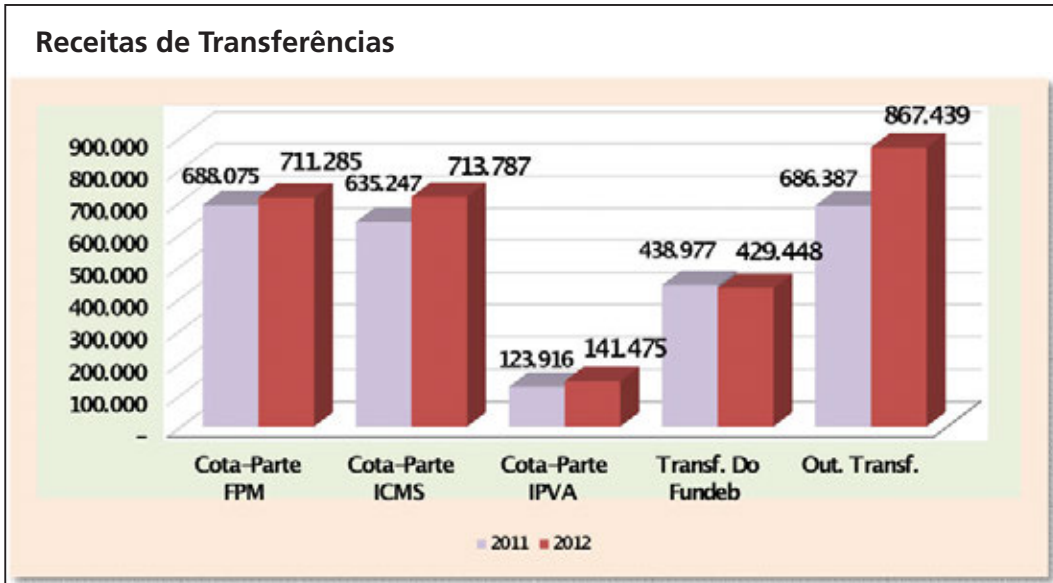


GRÁFICO 14

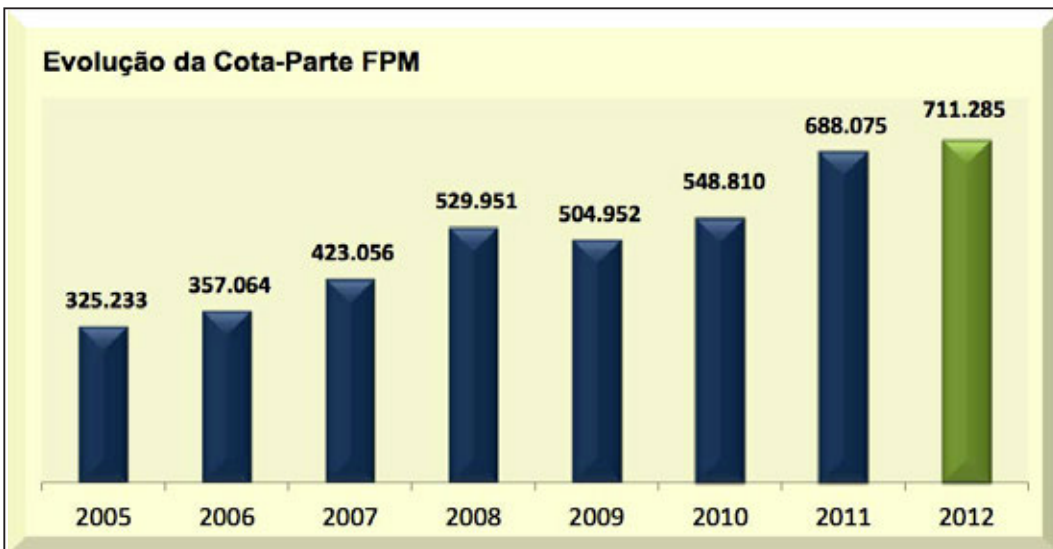
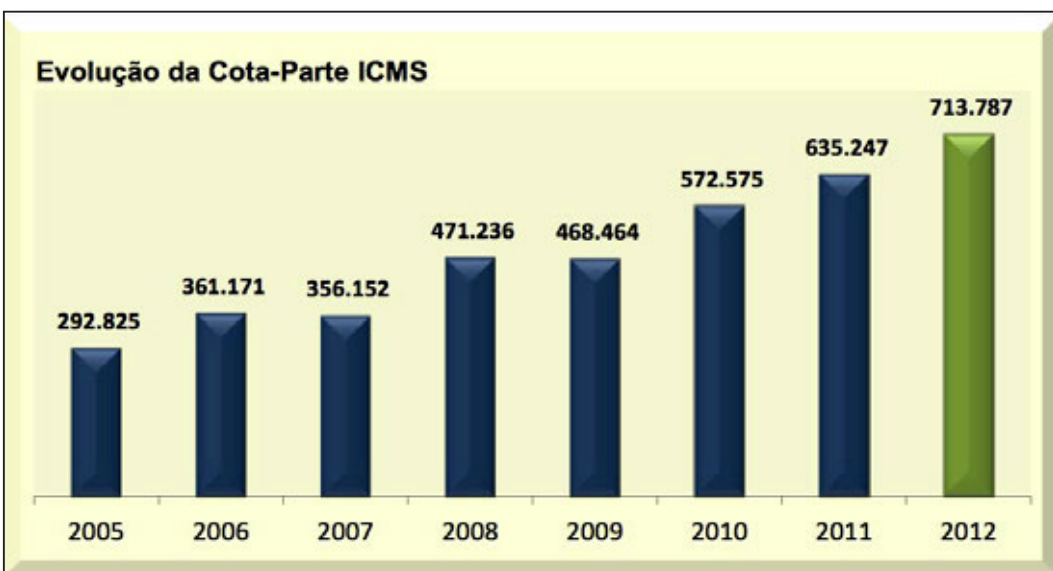


GRÁFICO 15



um esforço e adotando ações de política fiscal expansionista, permitindo que o Estado siga em sua trajetória de crescimento sustentável, que por sua vez, se reflete de maneira positiva para o Tesouro Municipal de Fortaleza.

3.1.5.3 Evolução da Cota-Parte IPVA

O repasse de IPVA para o município de Fortaleza no período de janeiro a dezembro de 2012 foi de R\$ 141.475 mil, maior em 14,2% em relação ao mesmo período de 2011. Esse desempenho é justificado pelas medidas anticíclicas do Governo Federal por meio da redução do IPI, com intuito de estimular o consumo de veículos novos, o que refletiu no aumento da arrecadação do IPVA, que conseqüentemente tem reflexo sobre o repasse (**gráfico 16**).

3.1.6 A Receita Patrimonial

São receitas provenientes da fruição do patrimônio do Município de Fortaleza, como por exemplo, bens mobiliários e imobiliários ou ainda, bens tangíveis e participações societárias. A Receita Patrimonial alcançou no período a quantia de R\$ 203.661 mil, correspondendo a 4,92% das Receitas Correntes. Esta fonte de receita é formada basicamente pelas receitas de Valores Mobiliários e Concessões e Permissões com participação de 86,22% e 10,65% respectivamente. Esse resultado deve ser fruto de negociações por melhores taxas de rendimentos das aplicações, como também pelo volume de recursos disponibilizados para aplicações realizadas no exercício, cujo resultado registrou um incremento de 53,1% de janeiro a dezembro de 2012, comparado com o mesmo período de 2011 (**gráfico 17**).

3.1.7 Receita de Capital

No exercício de 2012 as Receitas de Capital somaram R\$ 215.444 mil, representando 4,6% da receita orçamentária. Em comparação com o exercício anterior, houve acréscimo de 46,4% em termos nominais. A receita que contribuiu para esse acréscimo foram as Operações de Créditos em 119,1%. Está demonstrado na **tabela 18**, que o valor das operações de Crédito, em 2012, é o mais representativo, com 57,8% da sua categoria econômica.

GRÁFICO 16

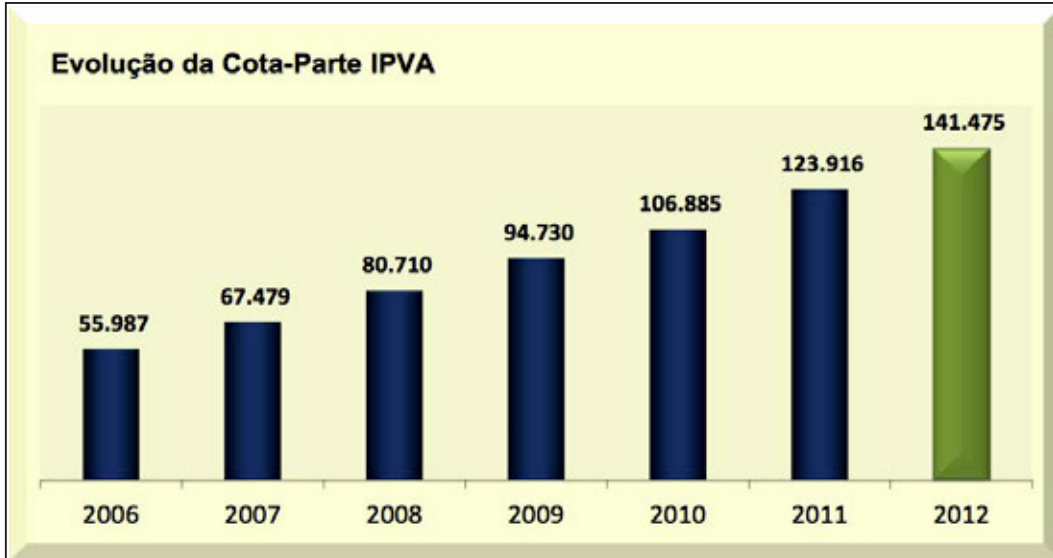


GRÁFICO 17

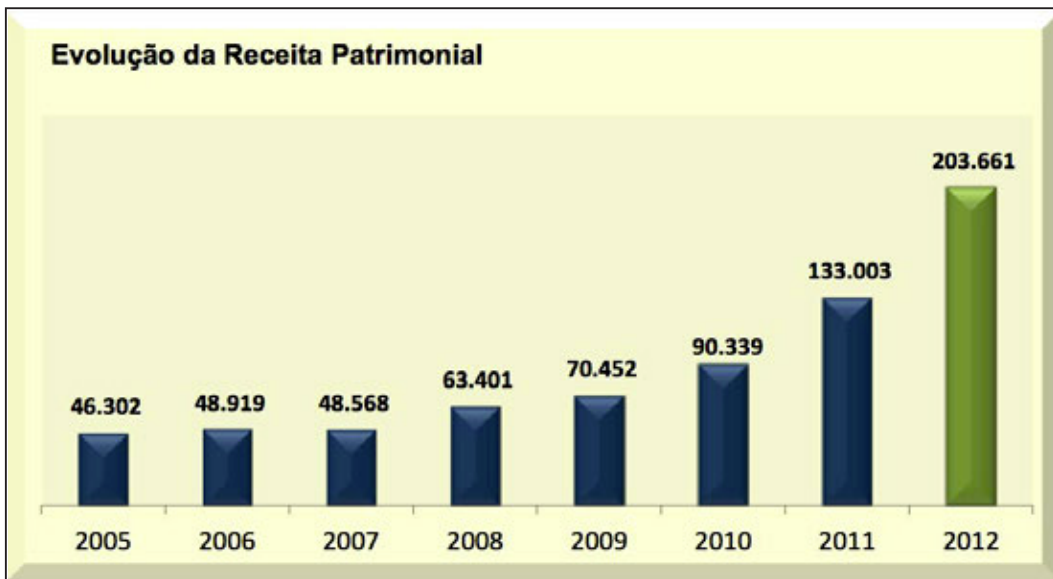


TABELA 18

Composição da Receita de Capital

GRUPO DE RECEITA	RECEITAS DE CAPITAL				RS\$ 1.000
	2011	PART %	2012	PART %	Δ%
Operações de Crédito	57.395	38,5%	125.732	57,8%	119,1%
Alienações de Bens	280	0,2%	341	0,2%	21,7%
Amortização de Empréstimos	139	0,1%	266	0,1%	91,4%
Transferência de Capital	83.742	56,1%	85.750	39,4%	2,4%
Outras Receitas de Capital	5.632	3,8%	3.355	1,5%	-40,4%
Receita de Capital Total	149.200	100%	215.444	100%	45,7%

FONTES: RGF E RREO-STN, LOA 2013

3.2 Despesa Orçamentária

Pela análise na **tabela 19**, constata-se que os maiores dispêndios do Município em 2011 e 2012, concentram-se preponderante nos grupos Pessoal e Outras Despesas Correntes das fontes do Tesouro que somaram R\$ 3.716.505, mil representando 89,8% da Despesa Orçamentária.

3.2.1 Despesa Corrente

Do valor total das Despesas Correntes, o Município de Fortaleza realizou R\$ 3.728.963 mil, o que representa 92,9%, da dotação orçamentária atualizada de R\$ 4.015.505 mil. Isto reflete um saldo a realizar de R\$ 286.542.

3.2.2 A Despesa Orçamentária de Pessoal e Encargos Sociais

A Despesa de Pessoal e Encargos Sociais apurada até dezembro no valor de R\$ 1.753.196 mil é o primeiro grupo mais representativo dentro das Despesas Totais, com 45,5%. Como demonstra o **gráfico 18**. Merece destaque a evolução do gasto com pessoal nos últimos oito anos, que registrou um acréscimo de 166,1% em termos nominais.

3.2.3 A Despesa Orçamentária de Outras Despesas Correntes

A gestão desta despesa representa a quantificação de ações voltadas para manutenção do custeio da máquina pública e de ações finalísticas, sem o comprometimento do seu funcionamento. O Governo Municipal deve ter o firme propósito de acompanhar minuciosamente a evolução das outras despesas correntes. Neste tocante é importante destacar a criação, na atual gestão do Comitê de Gestão por Resultado e Gestão Fiscal de Fortaleza-COGEFFOR.

A Despesa de Outras Despesas Correntes no caso do Município de Fortaleza revela uma peculiaridade por se tornar um gasto extremamente significativo, estando muito próximo do nível da despesa de pessoal, pois no cômputo das despesas totais, ele participa com R\$ 1.832.500 que representa 44,3% do grupo. Esse resultado representa 90,3% da dotação atualizada de R\$ 2.029.319 mil, revelando assim um custo altíssimo de manutenção da máquina administrativa. Importante destacar que outras despesas correntes numa análise da evolução comparada com a receita corrente líquida, revela um comprometimento de 45,6% da RCL e um incremento de 10,2% em 2012, comparado ao mesmo período de 2011. Ademais, nos últimos oito anos, isto é, uma variação nominal de 2005 a 2012, registrou um incremento de 277,6 %, conforme demonstrado no **gráfico 19**.

TABELA 19

Demonstrativo da Despesa Orçamentária por Grupo

GRUPO DE DESPESA	DESPESA ORÇAMENTÁRIA				R\$ 1.000
	2011	PART %	2012	PART %	Δ%
	2012/2011				
Outras Despesas Correntes	1.662.072	45,4%	1.832.500	44,3%	10,3%
Pessoal e Encargos Sociais	1.604.108	43,8%	1.884.005	45,5%	17,4%
Investimentos	337.976	9,2%	358.699	8,7%	6,1%
Amortização da Dívida	38.374	1,0%	40.390	1,0%	5,3%
Juros e Encargos da Dívida	10.787	0,3%	12.458	0,3%	15,3%
Inversões Financeiras	8.739	0,2%	9.537	0,2%	9,1%
TOTAIS	3.662.056	100%	4.137.588	100%	13,0%

FONTE: RCF E RREO-STN LOA 2013

GRÁFICO 18

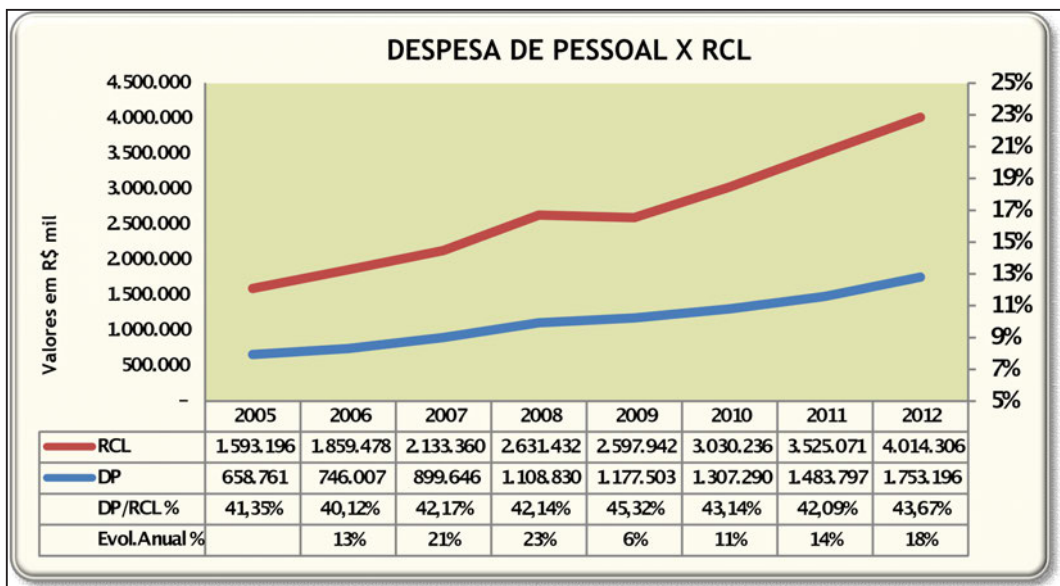
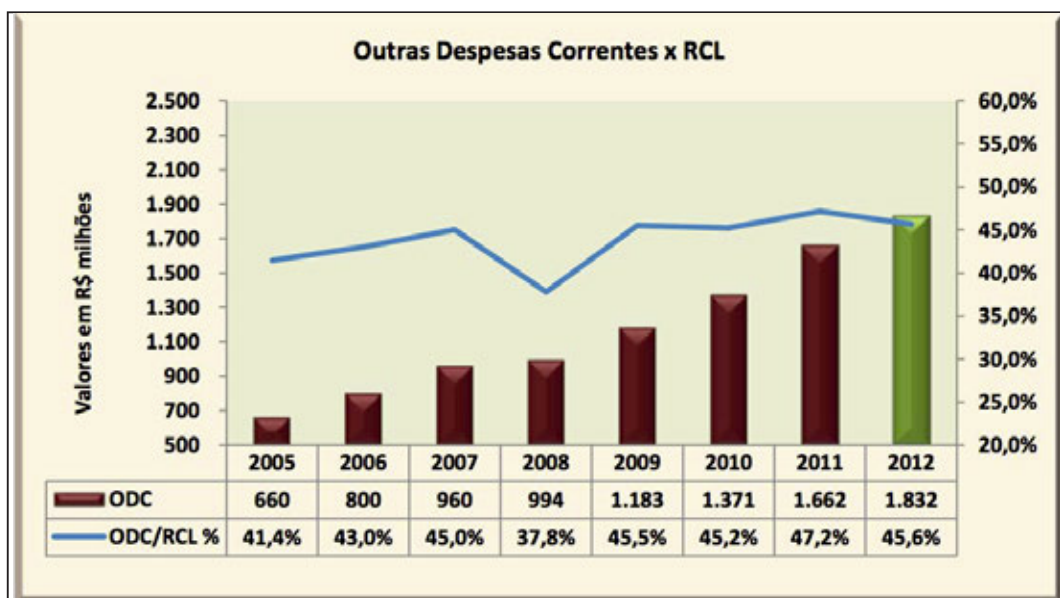


GRÁFICO 19



3.2.4 A Despesa Orçamentária de Investimentos

Nas Despesas de Capital, o grupo de Investimentos somou R\$ 358.699 mil participando com 87,8% de sua categoria. Os elementos Obras e Instalações e Equipamentos e Material Permanente, respondem pelo montante de R\$ 289.368 mil, correspondente a 80,7 % do grupo. De fato, houve evolução de 2005 para 2012, entretanto, como proporção da RCL nos últimos 6 (seis) anos estabilizou-se em média no patamar de 9%. A questão da elevação dos investimentos deve ser analisada à luz do indicador de geração da capacidade de poupança conjugado com a capacidade de endividamento, cujo confronto revela posições antagônicas com reflexos, inclusive na garantia de recursos para contrapartida (**tabela 20**).

TABELA 20

Demonstrativo da Evolução dos Gastos com Investimentos					
R\$ 1.000					
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS					
Ano	Receita Corrente Líquida	Investimentos	Despesa Total	Realização% em relação a DT	Realização% em relação a RCL
2005	1.593.196	61.509	1.578.268	3,9%	3,9%
2006	1.859.478	106.411	1.924.070	5,5%	5,7%
2007	2.133.360	159.636	2.158.909	7,4%	7,5%
2008	2.631.432	209.511	2.443.157	8,6%	8,0%
2009	2.597.942	242.666	2.740.499	8,9%	9,3%
2010	3.030.236	310.680	3.163.832	9,8%	10,3%
2011	3.525.071	337.976	3.888.180	8,7%	9,6%
2012	4.014.306	358.699	4.404.255	8,1%	8,9%

Fonte: RGF ERREO/STN-SIM/TCM E LOA 2013

4

ANÁLISE DO RESTOS A PAGAR X DISPONIBILIDADE LÍQUIDA

O **gráfico 20** tenciona demonstrar os restos a pagar e a disponibilidade respectiva. Ele ressalta que para os restos a pagar e a disponibilidade de recursos vinculados apresenta uma disponibilidade relevante. Por outro lado, recursos não vinculados e os respectivos restos a pagar apresentam déficits. Desta forma a pouca disponibilidade de saldo do exercício anterior e por outro lado, muitas despesas não contabilizadas, se apresenta como grande desafio para a gestão atual equacionar o seu caixa.

Além dos restos a pagar, já foi identificado um conjunto de despesas não empenhadas em 2012 da ordem de R\$ 375 milhões, que se reconhecidas, se tornarão Despesas de Exercício Anterior – DEA em 2013, valor este que é bem superior a média histórica, conforme pode ser observado no gráfico 21.

GRÁFICO 20



GRÁFICO 21



É fator preocupante o elevado grau de compromisso com outras despesas correntes, aliado ao nível de vinculação das despesas, que se refletem nos gastos de saúde, educação e pessoal. Por exemplo, só o gasto com pessoal registrou no período da gestão passada (2005 a 2012) um acréscimo de 146% em termos nominais. Isto pode indubitavelmente obstaculizar a discricionariedade e fortalecer a restrição orçamentária.

Constatou-se também a grande dependência das transferências intergovernamentais para as finanças públicas locais, podendo prejudicar o planejamento financeiro.

O Tesouro Municipal apresenta uma baixa capacidade de geração de poupança pública, expansão de despesas vinculadas, elevação substancial do custeio da máquina, notadamente dos elementos de despesas com outros serviços pessoa jurídica e locação de mão-de-obra. Tal situação aliado a rigidez orçamentária e sua dependência financeira de transferência intergovernamental, torna frágil seu padrão de financiamento dos gastos públicos, que por sua vez, prejudica a sustentabilidade fiscal.

É importante destacar ainda, o altíssimo valor até agora apurado de R\$ 375 milhões de dívidas da gestão anterior, que se reconhecidas, como já dissemos, se transformará em dívidas de exercícios anteriores. Tal situação exigirá um esforço da gestão atual em equacionar o tamanho das despesas de exercícios anteriores com as disponibilidades de caixa e as prioridades assumidas durante a campanha eleitoral.

A gestão anterior, divulgou que estaria deixando mais de R\$ 1 bilhão de recursos assegurados para obras. Entretanto esse valor não foi confirmado, sendo importante esclarecer o seguinte:

1 – Apuramos que o volume total de recursos assegurados para as obras previstas é de R\$ 691.887.225,00, provenientes de convênios e especialmente de empréstimos;

2 – Que para ter assegurados esses recursos, a atual gestão precisa garantir contrapartida, em recursos próprios, no valor de R\$ 330.010.000,00;

3 – Há necessidade ainda de aporte, por parte da PMF de R\$ 102.332.000,00, para cobrir custos com “interferências” e previsão de aditivos nos respectivos contratos, face a deficiência nos projetos negociados;

4 – Tudo isto vai exigir da atual gestão recursos do tesouro ou seja recursos próprios na ordem de R\$ 432.332.000,00, a fim de assegurar os projetos já negociados, o que significará um grande desafio.

5 – Além desses valores já identificados, há ainda, em levantamento, o valor global de recursos necessários para finalizar as obras inacabadas.

Finalmente, a atual gestão diante do número, até agora identificado, de 59. 863 pessoas que direta ou indiretamente recebem dos cofres da Prefeitura, se obriga a adequar sua folha de pagamentos e os contratos de alocação de mão de obra à sua realidade financeira.

Merece, diante de toda a situação encontrada, destacar a necessidade de readequar as despesas de custeio a fim de garantir à Prefeitura, recursos próprios para contrapartida em obras e outras ações.

**PARA
PARA
RENOVAR
RENOVAR
FORTALEZA
FORTALEZA**



PROPOSTAS PARA 2013

TEMPO DE TRAVESSIA

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo e esquecer os caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia; e se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.”

Fernando Teixeira de Andrade (1946-2008)

Antes de tudo, o que entendemos por Renovar Fortaleza?

Renovar para nós significa ALTERAR PARA MELHOR. Renovar Fortaleza, portanto, é intervir, de forma planejada e participativa, para torná-la melhor tanto para as pessoas que nela residem quanto para as que a procuram em busca de lazer ou de lugar para viver bem. Tal é o nosso desafio.

Como se sabe, Fortaleza, ao longo da sua história, passou por várias transformações, desde quando “Junto à sombra dos muros do Forte/ A pequena semente nasceu”. Então, “Em redor, para a glória do Norte, a cidade sorrindo cresceu.” Cresceu/inchou. E, hoje, se Fortaleza possui destacada expressão econômica, carrega igualmente seríssimos problemas sociais.

Fortaleza gera todo ano mais de R\$ 30 bilhões de riqueza, que representa a metade do que é produzido no Estado. Além disso, supera nesse indicador cinco estados do Nordeste: Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe.

Quanto à natureza da sua economia, a capital cearense é um importante centro de serviços - conforme o IBGE, esse setor gera 80% do PIB e 82% do emprego formal -, e de largo alcance: a rede de influência de Fortaleza, constituída por mais de 20 milhões de habitantes, é a terceira em população do País, menor apenas que a de São Paulo e, por reduzida margem, a do Rio de Janeiro. Essa rede engloba, além do Ceará, os Estados do Piauí e Maranhão e a área do Rio Grande do Norte, que compartilha com Recife.

Como se vê, há muito potencial a explorar dentro de uma estratégia de desenvolvimento, e para isso Fortaleza contou com um orçamento anual de R\$ 5 bilhões em 2012, o quinto entre as cidades brasileiras e o primeiro entre as do Nordeste, que, ainda por cima, é reforçado pelo substancial apoio que, como

centro político-administrativo, recebe do orçamento estadual.

Nos últimos anos muitos investimentos têm sido feitos em Fortaleza pelo Governo do Estado, e muitos outros estão em andamento como o Projeto de Requalificação do Maranguapinho, o Aquário e as obras de mobilidade para a COPA 2014.

Mas nem por isso Fortaleza deixa de ser o que historicamente sempre foi, quer dizer, UMA CIDADE APARTADA, que possui uma das piores distribuições de renda do País e do Mundo. E mais grave: se não forem tomadas logo medidas fortes, os problemas existentes vão-se agravar mais ainda em áreas já críticas como saúde, educação, moradia, saneamento, segurança e mobilidade urbana. E fundamentalmente se agravarão a extrema pobreza e a profunda desigualdade.

Diante desse quadro, a Nova Administração se propõe a enfrentar o desafio histórico de colocar Fortaleza na trilha do desenvolvimento. Para tanto, partimos das propostas apresentadas de forma inovadora, durante a campanha eleitoral. Propostas construídas com a sociedade a partir de um conjunto de Diretrizes que foram registradas na Justiça Eleitoral. Essas diretrizes têm como foco principal RENOVAR FORTALEZA, e renovar Fortaleza começa exatamente pela maneira de enxergar a cidade como a CIDADE múltipla que é, que abriga nela várias cidades, e em cada uma há um sonho a realizar. Dessa forma, foram pactuadas, antes da eleição, um conjunto de ações para serem implementadas no início do Governo com o objetivo de iniciar a renovação dessas várias Fortalezas. Para tanto se estabeleceu três (3) questões fundamentais: **Qual é a Fortaleza desejada?** - o futuro almejado. **Em que posição estamos em relação a ela?** - o diagnóstico da situação atual. **E o que fazer, quando e como fazer para chegar lá?** Foi desta metodologia criativa e inovadora que resultaram as propostas para 2013, um conjunto de Programas e Ações, com metas para iniciar a conquista dos OBJETIVOS, quer vão garantir o FUTURO ALMEJADO e que a seguir apresentamos.

FORTALEZA PLANEJADA

Aquela que se estrutura a partir de uma visão multidisciplinar do homem, da natureza e da economia.

METAS:

- Realizar a Reforma Administrativa e Fiscal para dotar o município de Fortaleza de uma Estrutura Administrativa ágil e inovadora capaz de absorver as modernas tecnologias e abrigar o Projeto de Futuro que se construirá para Fortaleza.

- Detalhar o Plano de Governo para os quatro (4) anos, com a mesma

metodologia participativa a ser consolidado no Plano Plurianual 2014-2017.

- Revisar e Consolidar o Plano Diretor Participativo, com a sua completa regulamentação.
- Concluir a regulamentação das ZEIS.
- Revisar, de forma compartilhada, a Lei de Uso do Solo.
- Iniciar a construção de um Projeto de Longo Prazo para Fortaleza, levando em consideração todos os estudos já realizados ao longo dos últimos da nossa história.
- COORDENAÇÃO – EXECUÇÃO: Iplanfor

FORTALEZA SAUDÁVEL

Aquela que coloca em prática, de modo contínuo, a melhoria do seu ambiente físico e social, utilizando todos os recursos da sua comunidade, com ênfase na saúde de seus cidadãos e cidadãs, dentro de uma ótica ampliada de qualidade de vida.

METAS:

- Colocar para funcionar, com eficiência e qualidade, todas as Unidades de Saúde do Município: Postos de Saúde, Hospitais e IJF.
- Contratar, por concurso público, mais médicos, enfermeiros, dentistas e outros profissionais da saúde.
- Acabar com o problema da falta de profissionais e medicamentos nas unidades de saúde.
- Construção de 3 UPAS – Unidades de Pronto Atendimento 24 horas, das 11 projetadas para os 4 anos (o Governo do Estado construiu 4 e fará mais 3), para que Fortaleza tenha 3 UPAS em cada Regional.
- Implantar 2 Policlínicas das 6 projetadas, para que no final dos 4 anos, tenha uma em cada Regional, para consulta com médicos especialistas e exames com hora marcada.
- Centralizar a compra de medicamentos e materiais cirúrgicos e modernizar a Central de Distribuição, utilizando ferramentas modernas.
- Implantar um eficiente Sistema de Gestão na área da Saúde.
- Implantar o Centro de Referência sobre Álcool e outras Drogas.
- COORDENAÇÃO – EXECUÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde, Coordenadoria de Políticas sobre Drogas.

FORTALEZA DO CONHECIMENTO

Aquela na qual os indivíduos tem acesso universal à educação de qualidade, possibilitando à sociedade o domínio dos instrumentos geradores de riqueza, criatividade, inovação, cultura e bem-estar.

METAS:

- Contratar professores, equipar e colocar para funcionar bem todas as escolas da rede municipal.
- Qualificar, motivar e valorizar os professores e outros profissionais da Educação, envolvendo as Universidades.
- Fazer seleção para diretores de escola, priorizando o mérito e qualificação profissional.
- Implantar 20 das 80 creches propostas para os 4 anos, em parceria com o Governo Federal. Além disto, para cada creche que a Prefeitura construir, o Governo do Estado se compromete a fazer mais uma.
- Iniciar a implantação do Ensino de tempo Integral, construindo as primeiras das 48 Escolas projetadas para os 4 anos, com a reformulação e ampliação de algumas das escolas existentes.
- Reestruturação do modelo de gestão da Secretaria Municipal de Educação, Distritos de Educação e das Escolas.
- COORDENAÇÃO – EXECUÇÃO: Secretaria Municipal de Educação, Coordenadoria de Ciência e Tecnologia.

FORTALEZA DA MOBILIDADE E DA ACESSIBILIDADE

Aquela que permite o deslocamento, a interação e o intercâmbio universal de pessoas, bens e serviços pela redução da dispersão urbana (espacial, demográfica e econômica).

METAS:

Garantir que Fortaleza continue tendo a passagem de ônibus mais barata do Brasil.

- Implantar o Bilhete Único por etapas:
 - 1ª etapa: a integração vai valer para todas as linhas de ônibus;
 - 2ª etapa: o Bilhete Único vai valer para vans;
 - 3ª etapa: o Bilhete Único vai integrar ônibus, vans e metrô.
 - Melhorar a qualidade do transporte coletivo em Fortaleza.
 - Instalar nas paradas de ônibus, abrigos cobertos, confortáveis e iluminados.
 - Definição dos projetos prioritários, como corredores de tráfego hierarquizados e com integração de todos os modos de transportes, tendo como base o transporte de massa (Metrô, VLT, BRTs, etc.).
- PRA RENOVAR FORTALEZA.
- Reestruturação do Centro de Operações Coordenadas em fiscalização e controle de tráfego, com integração das ações e modernização dos equipamentos.

- Priorização de todas as Obras das COPA 2014 que são de responsabilidade da Prefeitura de Fortaleza, trabalhando em parceria com o Governo do Estado.

- Efetivar a Via Expressa através da construção de túneis e viadutos.
- Iniciar a transformação da Perimetral em Via Expressa.
- COORDENAÇÃO – EXECUÇÃO: Secretaria de Conservação e Serviços Públicos, AMC, Etufor e Secretaria Extraordinária da Copa.

FORTALEZA SEGURA E PACÍFICA

Aquela onde os moradores da cidade ocupam e usufruem os espaços públicos com mais segurança, onde as comunidades estejam integradas em redes de conveniência cidadã, construindo, junto com o Governo Municipal, soluções locais para assegurar a proteção da vida das pessoas.

METAS:

Estruturação da Secretaria de Segurança Cidadã, para participar e intervir na concepção, implementação, monitoramento e avaliação das políticas de segurança pública orientadas para as seguintes diretrizes:

- análise sistemática da violência, a partir dos dados criminais e indicadores sociais;
- planejamento global da prevenção e redução do crime, com participação da sociedade civil;
- foco na redução da violência e criminalidade a partir de uma estrutura cooperativa e compartilhada eficiente.
- equipar e capacitar a Guarda Municipal, ampliando o seu efetivo, dentro de um estudo a ser elaborado dentro dos 100 dias do governo.
- adequação e inovação do Sistema Municipal de Defesa Civil com a lei Federal nº 12.608 de 10 de abril de 2012, a qual institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.
- recuperar e instalar câmeras de segurança nas ruas de Fortaleza, ligadas a uma central de monitoramento.
- implantar na Secretaria de Segurança Cidadã a Coordenadoria de Mediação Comunitária de Conflitos.
- capacitar um Núcleo da Guarda Municipal para trabalhar na prevenção ao uso de Drogas, em articulação com o Centro Integrado de Referência sobre Alcool e outras Drogas.
- COORDENAÇÃO – EXECUÇÃO: Secretaria de Segurança Cidadã, Guarda Municipal.

FORTALEZA PRODUTIVA E EMPREENDEDORA

Aquela que favorece os processos de geração de riqueza, estimula talentos e induz a atuação empresaria, individual ou solidária.

METAS:

- Mapeamento das atividades econômicas por bairro/regional, identificando oportunidades e promovendo a descentralização dos empreendimentos.
- Definição, em parceria com o Governo do Estado, de um grande programa de capacitação para todos os atores que trabalham na área do turismo em Fortaleza.
- Estudo para implantação de um órgão municipal de apoio tanto aos pescadores artesanais como à indústria de processamento.
- Reforma e adequação dos mercados que comercializam pescado, como Carlito Pamplona e São Sebastião e dos Boxes da Beira-Mar – Mucuripe, seguindo padrão sanitário.
- Criação de um Centro Tecnológico Municipal para o desenvolvimento de empresas com base tecnológica e economia criativa, com a utilização de fundos de incentivos.
- Criação de uma Agência de Desenvolvimento Econômico da Cidade de Fortaleza que, além da atração de grandes empreendimentos a serem instalados no território do município, desenvolva pesquisas, análises, legalização de negócios, e apoio técnico e financeiro ao empreendedorismo individual e comunitário.
- Criação, dentro da Agência de Desenvolvimento de um “Fundo Semente” que possa apoiar financeiramente com até R\$ 1.000,00, aos empreendedores que estão iniciando e não se enquadram nos programas de financiamento do microcrédito.
- Implantar Programa Permanente de capacitação organizacional, técnica e financeira dos empreendedores individuais e comunitários.
- COORDENAÇÃO – EXECUÇÃO: Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate a Fome – SETRA, Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação.

FORTALEZA CRIATIVA E INOVADORA

Aquela em que a criatividade e a inovação constituem o núcleo principal do desenvolvimento econômico, ambiental, cultural e social.

METAS:

- Garantia do investimento nessa área de, no mínimo, 1% do orçamento municipal já a partir do 1º ano de governo;

- Cumprimento da Lei Municipal nº 9884 de 30 de dezembro de 2011, que oficializa a personagem IRACEMA, criada pelo escritor José de Alencar, como ÍCONE Cultural do Município de Fortaleza;
- Conclusão do projeto da Praia de Iracema;
- Reforma e ampliação do Teatro São José;
- Execução do projeto da Casa da Fotografia, cujo detalhamento executivo já existe;
 - Execução da lei que obriga que todos prédios privados e públicos tenham uma obra de artista cearense;
 - Conclusão do projeto Vila das Artes;
 - Implantação da “Fortaleza Criativa”, um programa em parceria com SESI, SENAC, SESC e IFCE para qualificar jovens em cursos técnicos e tecnológicos;
 - Instituição de um calendário de eventos, feiras e entretenimento dos setores criativos;
 - Criação do programa “CredCultura”, que apoiará e financiará projetos e iniciativas inovadoras, através do Banco de Empreendedorismo Criativo e Tecnológico;
 - Criação do selo Fortaleza Criativa para certificar bens e serviços;
 - Implementação da Lei que criou o Polo de Gastronomia da Varjota, transformando-o num distrito gastronômico;
 - Desenvolvimento dos projetos dos cinco distritos criativos: moda e design, saúde, parques tecnológicos, esportivo, cultural e de tecnologia da informação e comunicação;
 - Implantação de uma parceria com o Governo do Estado para qualificação profissional na área de cultura, gastronomia e hotelaria;
 - Elaboração de um Plano de Requalificação e Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social para a Praia do Futuro.
- COORDENAÇÃO – EXECUÇÃO: Secretaria de Cultura – SECULTFOR, Secretaria de Turismo – SETFOR, Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação.

FORTALEZA SUSTENTÁVEL

Aquela onde o crescimento econômico ocorre de forma equilibrada e integrada na relação com o ambiente e o desenvolvimento urbano.

METAS:

- Fazer, dentro dos 100 dias, um diagnóstico completo da situação ambiental de Fortaleza, levantando a situação das praças, parques, lagoas e margens dos rios da bacia metropolitana que desaguam nas praias de Fortaleza;
- Constituir um Grupo de Trabalho, com a participação de técnicos em

meio ambiente, engenheiros, ambientalistas, especialistas em resíduo sólido e representantes da comunidade, para avaliar tudo que existe no âmbito da Prefeitura de Fortaleza, sobre o Passivo Ambiental do JANGURUSSU, realizando uma auditoria ambiental para quantificar e classificar o passivo ambiental a fim de, ao final de 100 dias, apresentar proposta para aquela área;

- Iniciar a implementação da proposta de Coleta Seletiva de Resíduo Sólido, estabelecendo parcerias e criando incentivos, realizando antes um diagnóstico do processo de coleta de resíduos sólidos a fim de definir de forma Criativa e Inovadora políticas públicas e ações para toda a cadeia produtiva;

- Criação da unidade de conservação: Parque Rachel de Queiroz;

- Estabelecer parceria com o Governo do Estado para a criação de novos espaços de lazer no Parque do Cocó;

Revitalizar e ampliar os parques municipais.

- COORDENAÇÃO – EXECUÇÃO: Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEMAM,

FORTALEZA DA JUVENTUDE

Aquela que favorece a realização das potencialidades dos jovens, garantindo educação, qualificação, oportunidades, trabalho, cultura e lazer.

METAS:

- Programa de preparação para o ENEM com vagas para 25.000 jovens – o PROENEM –, com aulas presenciais e na modalidade de ensino à distância;

- Criação, dentro da Agência de Fomento de Fortaleza, a ser constituída pela nova administração, um Banco de Empreendedorismo Tecnológico – BANET, com o objetivo de apoiar e financiar iniciativas inovadoras;

- Oferecer cursos de capacitação para preparar os jovens para as oportunidades da Copa;

- Aproveitar as Escolas Profissionais à noite para qualificar os jovens;

- Execução do projeto da cidade digital: expansão da rede Gigafor, conexão de alta velocidade e ligação de todos os serviços públicos na rede;

- Criar uma Secretaria Municipal da Juventude;

- Concepção de políticas elaboradas com a participação dos próprios jovens por meio de canais reconhecidos pelo Poder Público;

- Concluir a construção dos CUCAs e colocá-los em funcionamento em articulação com a Secretaria de Educação e a Secretaria de Cultura.

- COORDENAÇÃO – EXECUÇÃO: Coordenadoria da Juventude, Secretaria Municipal de Educação – SME, Secretaria Municipal de Cultura – SECULTFOR.

FORTALEZA ESPORTIVA

Aquela que oferece condições adequadas para a prática de atividades esportivas inclusivas, comunitárias e competitivas, de forma disseminada na cidade e diversificada nas modalidades.

METAS

- Instituição de um Sistema Municipal de Esporte redefinindo a Secretaria Municipal do Esporte, criando o Conselho Municipal do Esporte de Fortaleza, o Fundo Municipal destinando recurso percentual mínimo de 2% da receita do município e uma Lei Municipal de Incentivo ao Esporte;

- Concluir e colocar para funcionar os CUCAs em construção e tirar do papel os que ainda não começaram a ser construídos;

- Recuperar e fazer novas áreas de esporte e lazer em todos os bairros;

- Estabelecimento de uma firme parceria entre a Prefeitura de Fortaleza e o Governo do Estado, através da Secretaria Especial da COPA, a fim de garantir a aceleração das obras de responsabilidade da administração municipal;

- Criação de um centro de excelência – O PALÁCIO DO ESPORTE – no Titanzinho, visando o ciclo não olímpico, olímpico e paraolímpico para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento

- Reformulação e fortalecimento das ações esportivas nos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA)

- Criação de um Cadastro Geral das instituições esportivas e apoiar as federações esportivas.

- Articular com as Federações e Associações Esportivas um grande calendário para a realização de torneios das diversas modalidades em todas as Regionais de Fortaleza.

- COORDENAÇÃO – EXECUÇÃO: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SECEL, Coordenadoria da Juventude, Secretaria Municipal de Cultura – SECULTFOR.

FORTALEZA TOLERANTE E INCLUSIVA

Aquela que inclui todos os seus moradores e suas diversidades, garantindo uma convivência cidadã, onde todos têm acesso às políticas públicas que garantam uma vida digna.

METAS:

- Implementar e consolidar a política nacional de saúde integral da população negra, conforme portaria nº 992/2009, do Ministério da Saúde, reconhecendo sua especificidade e garantindo sua implementação no município, tendo como referência o SUS;

- Criação de um núcleo Civil de Direitos Humanos (LGBTT) contra a violência sofrida por homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis;
- Criação de um grupo de trabalho GT, permanente, especializado em políticas públicas transversais (mulher, idoso, criança, negritude, outros);
- Implementação de programas de combate, sistemático, ao alto índice de mortalidade da juventude com projetos sociais de combate às Drogas e à violência policial;
- Criação e fortalecimento de projetos de educação não-formal com base no Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH;
- Implantação do programa “Fortaleza de todas as idades” de atividades socioculturais e educativas intergeracionais;
- Regulamentação e implementação imediata do plano nacional das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para a história e cultura africana e afro-brasileira, utilizando verba específica do orçamento municipal para esse fim, propondo incentivo às escolas que implementarem efetivamente as leis nº 10.639/2003 e 11.645, modificadoras da lei de Diretrizes e Bases.
- COORDENAÇÃO – EXECUÇÃO: Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos - SCDH e todas as Coordenadorias a ela ligadas.

FORTALEZA PARTICIPATIVA TRANSPARENTE E JUSTA

Aquela que assegura a inclusão social, a redução de desigualdades e a participação democrática no planejamento, no acompanhamento e avaliação do Plano de Governo da cidade.

METAS:

- Ampliação do número de famílias cadastradas no Bolsa Família;
- Construção de pelo menos 20 mil casas para retirar famílias que moram em área de risco;
- Adequação da metodologia do Orçamento Participativo de modo a permitir maior participação de todos;
- Construção de um Plano Habitacional com a criação de um banco de dados que oriente a redução do déficit habitacional no município e reduza as distorções verificadas;
- Desenvolvimento de um programa de regularização fundiária nas áreas mais pobres e favelizadas, garantindo o documento legal do imóvel;
- Disponibilização, com maior visibilidade, das informações da administração municipal no portal da transparência.
- Construção de um plano de melhorias habitacionais em parceria com as

comunidades.

- Fortalecimento das unidades de atendimento como: Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS.

- Reestruturação dos Conselhos de Políticas Públicas e Direitos Humanos.

- Estabelecer instâncias permanentes de parceria entre o poder público e a sociedade, pautada na transparência, participação e assunção de responsabilidade.

- Criação da primeira instituição municipal de longa permanência de idosos (abrigo), com capacidade inicial de 200 idosos;

Ampliar os programas de ginástica para idosos, em parceria com o Governo do Estado.

- Fortalecimento do Conselho de Habitação Popular de Fortaleza.

- CORDENAÇÃO – EXECUÇÃO: Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos – SCDH, Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate a Fome – SETRA, Secretaria da Controladoria e Transparência – SECOT, Coordenadoria de Participação Popular,

SOBRE A TRAVESSIA

Eis aí, o roteiro que traçamos para a nossa travessia, em que deixaremos para trás a FORTALEZA APARTADA e seguiremos em direção à FORTALEZA BOA DE SE MORAR E DE SE VIVER PARA SER FELIZ.

O PLANO PRA RENOVAR FORTALEZA, tem um grande mérito, o de abrir espaço para o aprofundamento e expansão temática do debate sobre o planejamento sistêmico de uma cidade, já que agregou contribuições valiosas, de entidades da sociedade civil, de cidadãos interessados em fortalecer a cidadania e em construir uma FORTALEZA digna das atuais e futuras gerações.

A concentração de pessoas, bens, conhecimentos, insumos e serviços providos pela metrópole, assim como a multiplicidade e intensidade da troca de experiências, ideias, estímulos, inspirações e influências proporcionadas pela vida urbana, fizeram da cidade um sistema de organização da vida humana extremamente bem sucedido na produção de riqueza e oportunidades, mas com imensa concentração de renda e graves desigualdades que transformaram as metrópoles em CIDADE APARTADA.

Esse valor de cidade como instrumento indutor de riqueza e de progresso se acentua de forma particularmente marcante no Século XXI, no contexto da chamada “nova economia”, a economia do conhecimento.

E esse novo paradigma pode nos proporcionar a possibilidade de renovar as grandes cidades, tornado-as mais humanas, participativas, transparentes e justas.

Para que isso se dê, no entanto, para que possa a cidade se inserir, com sucesso, nessa nova forma de produção de riqueza, organização social e modelo de relações de trabalho próprias da nova economia, algumas condições precisam ser atendidas. Dentre estas, a sua capacidade de planejar de forma participativa e usando as modernas ferramentas e as ideias inovadoras que as novas tecnologias nos proporcionam.

Para tanto, é necessário resgatarmos e modernizarmos os instrumentos institucionais de planejamento e coordenação, de administração de recursos humanos, de finança pública, de política social, de mobilidade e acessibilidade, de segurança cidadã, de saúde pública, de gestão ambiental, de tecnologia da informação, da gestão regional, e fundamentalmente, de educação e cultura.

É por isso que precisamos compatibilizar os programas e ações de todas as Fortalezas, com o orçamento, os anseios da sociedade, as prioridades do Plano de Governo, com base no Plano Diretor Participativo, que por sua vez esteja em sintonia com um PROJETO MAIOR PARA A FORTALEZA DO FUTURO.

O papel desta nova visão de planejamento compartilhado é antecipar os problemas para que eles não avancem mais rápido que as soluções. Para tanto, é imprescindível que a FORTALEZA PLANEJADA seja dotada de uma área de Estudos e Pesquisas.

Por outro lado, sabe-se que a rotina do planejamento efetivo obriga a transparência no trato da coisa pública, cria referências de cobrança, blinda o processo de alocação de investimentos a “lobbies” que se organizam predatoriamente, com o objetivo de se tornarem permanentes comensais do escasso bolo dos recursos municipais. Por isto, e mais do que nunca, o planejamento deve, necessariamente, envolver intensamente a participação comunitária, tão comum hoje nas urbes de regiões desenvolvidas do Mundo.

Finalmente, para que o planejamento perpasse todas as demais FORTALEZAS, é importante a implantação do Observatório do Planejamento de Fortaleza, como já foi dito na apresentação deste documento, pois ele vai possibilitar enxergar as várias cidades que a nossa Fortaleza abriga.

Não podemos esquecer de que a maioria dos projetos já está em curso. Não reinventaremos a roda, claro, mas vamos fazê-la rodar com maior rapidez e eficiência, para que alcancemos, sem demora e com bom desempenho, os nossos objetivos.

É claro que, nessa caminhada, contaremos com o apoio dos Governos

Estadual e Federal. Temos, com maior urgência, obras, como as da Copa de 2014, em que dependemos muito do apoio dos dois. Mas há muitas outras parcerias a realizar com eles nos campos da Saúde, Saneamento, Educação, Segurança, Economia, e assim por diante.

Deveremos também procurar organizações internacionais – algumas já trabalham com o Município – tanto para o financiamento de projetos quanto para a assistência técnica e científica.

Vamos, enfim, à travessia.



Prefeitura de
Fortaleza